

VI - SECTOR ECONÓMICO

A economia açoriana, devido à configuração insular e localização ultraperiférica, apresenta diversas condicionantes.

O estatuto de pequena economia periférica é por demais visível, onde a competitividade dos produtos tradicionais é limitada a nível interno pela dispersão desse mercado, que longe de ser homogéneo apresenta especificidades inerentes a cada ilha, e a um sobrecusto dos produtos devido a despesas relacionadas com os transportes. Os custos da insularidade são também sentidos aquando das trocas comerciais com os grandes centros de produção e consumo.

De facto, estas condicionantes dificultam a expansão das diversas actividades económicas e tornam complexa e com custos elevados a manutenção de grandes sistemas infra-estruturais.

Por outro lado, a geografia da Região proporciona condições naturais que, convenientemente exploradas, lhe conferem inúmeras vantagens no domínio económico como é o caso da ZEE (Zona Económica Exclusiva) ou do património paisagístico.

ECONOMIA

A respeito da Economia deve salientar-se que houve necessidade, para alguns dos indicadores abordados, de se recorrer ao Instituto Nacional de Estatística para obtenção de dados mais actualizados, sempre que o Serviço Regional de Estatística dos Açores não dispunha e/ou não forneceu essa informação.

- **Produto Interno Bruto (PIB)**

Em 2003, o PIB açoriano atingiu 2 469 milhões de euros, a preços de mercado (*pm*). Relativamente a 2002, verificou-se um aumento de 1,9%, valor inferior ao registado no período 2001-2002 (8,6%) e à taxa de crescimento médio anual na segunda metade da década de 90 (7,5%) (Tabela 33).

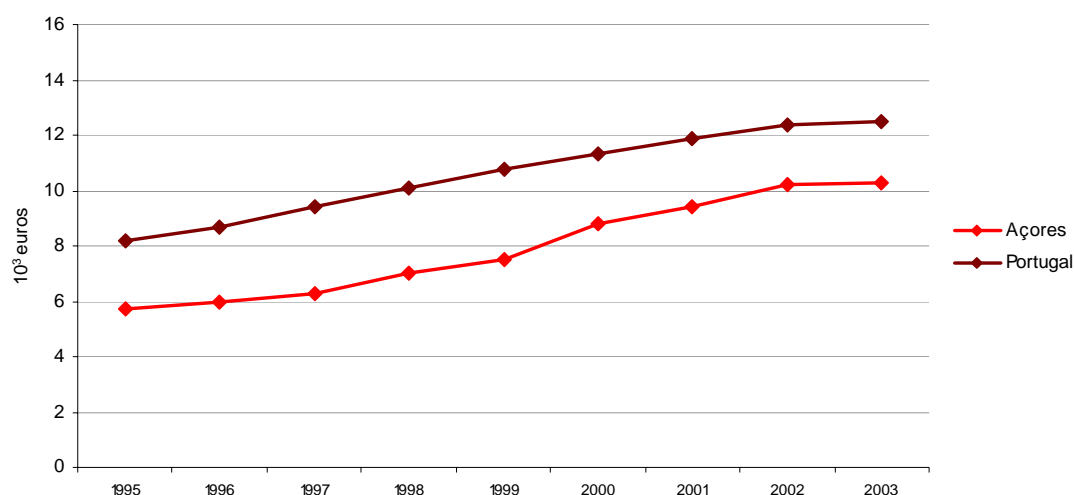
Tabela 33. PIB *pm* e PIB *pm per capita* em Portugal e nos Açores (1995-2003)

		PIB <i>pm</i> (Unidade: 10 ⁶ euros)								
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Açores		1 376	1 444	1 534	1 711	1 837	2 091	2 230	2 422	2 469
Portugal		80 874	86 429	93 037	101 052	107 630	115 548	122 801	128 458	130 511
		PIB <i>pm per capita</i> (Unidade: 10 ³ euros)								
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Açores		5.7	6.0	6.3	7.0	7.5	8.8	9.4	10.2	10.3
Portugal		8.2	8.7	9.4	10.1	10.8	11.3	11.9	12.4	12.5

Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a (valores de 1995 a 2001); INE, 2004c (Base 1995) (valores de 2002 e 2003)

No período de 1999 a 2003, importa salientar o acréscimo significativo que se verificou entre 1999 e 2000 na Região, nomeadamente 14%. Contudo, após este último ano o ritmo de crescimento voltou a abrandar, e de forma mais visível de 2002 a 2003 (Figura 106).

Em 2003, o PIB *pm per capita* na Região situou-se nos 10,3 mil euros, representando 82,4% do PIB *pm per capita* nacional, mais 12,4% e 0,2% que em 1999 e 2002, respectivamente. Contudo, situa-se ainda significativamente abaixo do valor nacional para 2003 (12,5 mil euros).



Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a (valores de 1995 a 2001); INE, 2004c (Base 1995) (valores de 2002 e 2003)

Figura 106. PIB *pm per capita* em Portugal e nos Açores (1995-2003)

Note-se que apesar de representarem em 2001 cerca de 2,3% da população nacional, os Açores são apenas responsáveis pela produção de 1,9% do PIB nacional. Saliente-se que a RAA se posiciona como uma das regiões mais desfavorecidas no contexto nacional.

• **Evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB), por sectores**

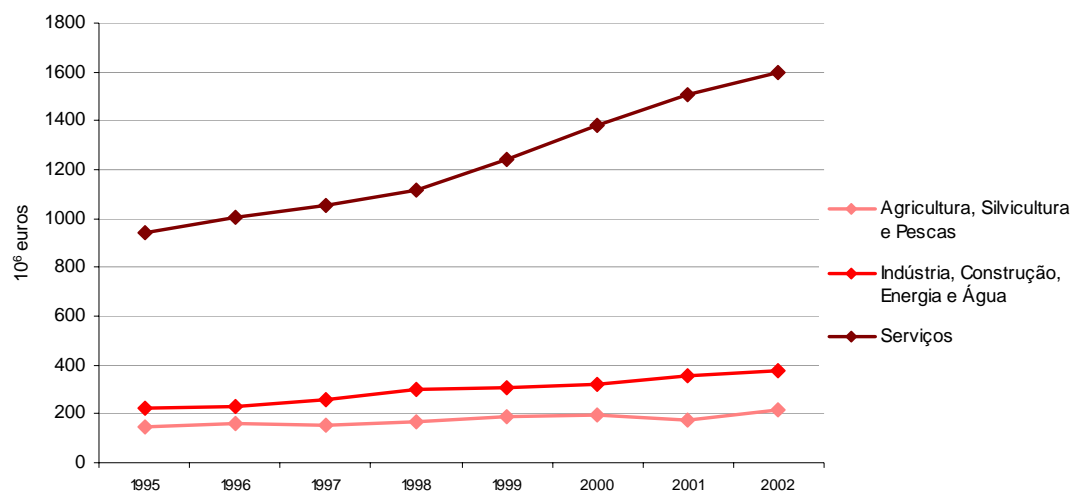
No período compreendido entre 1995 e 2003 verificou-se um aumento gradual do VAB regional, à excepção do ano de 2002, para o qual se registou um ligeiro decréscimo. Em 2003, ascendeu aos 2 129 milhões de euros, indicando um aumento de 10,2% relativamente a 2002. Saliente-se que o VAB regional de 2003 representa 1,9% do VAB nacional para o mesmo ano (Tabela 34)

Tabela 34. Evolução do VAB a preços base em Portugal e nos Açores (1995-2003)

	Unidade: 10 ⁶ Euros								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Açores	1 248	1 333	1 391	1 499	1 651	1 803	1 939	1 932	2 129
Portugal	69 820	74 706	80 419	87 090	92 813	99 624	106 391	110 800	112 521

Fonte: SREA, 2003a (valores de 1995 a 2002); INE, 2004c (Base 1995) (valor de 2003)

A contribuição relativa do sector primário na formação do VAB regional tem vindo a manter-se desde 1998, atingindo 216 milhões de euros em 2002. Contudo, este sector apresenta valores bastante mais elevados na Região quando comparado com o seu desempenho a nível nacional. Contrariamente, a contribuição do sector terciário tem vindo a aumentar, atingindo no mesmo ano 1 598 milhões de euros. Nos últimos anos, o sector secundário apresentou um aumento progressivo e sem grandes oscilações, situando-se em 375 milhões de euros em 2002 (Figura 107).

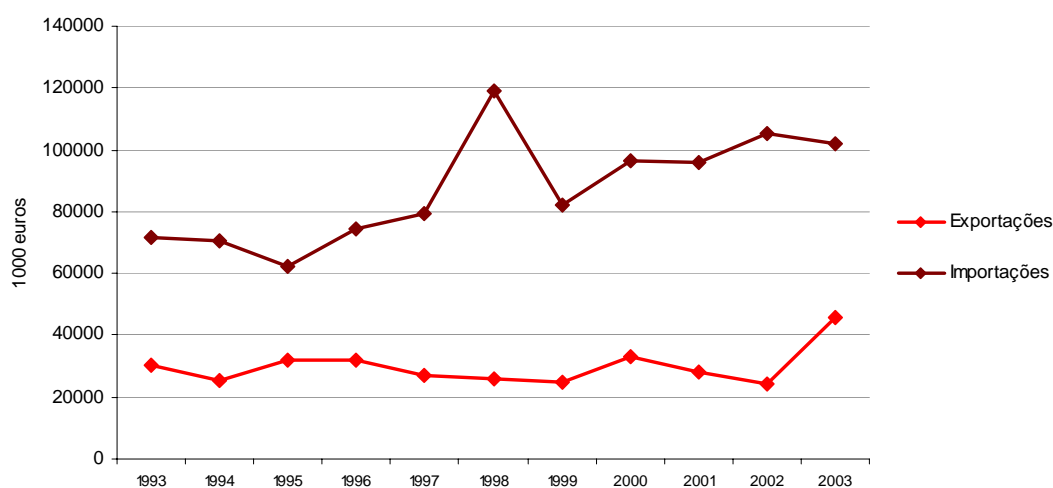


Fonte: SREA, 2003a

Figura 107. Evolução do VAB a preços base, desagregado por sectores de actividade económica, na RAA (1995-2002)

• Importações e exportações por tipo de bens

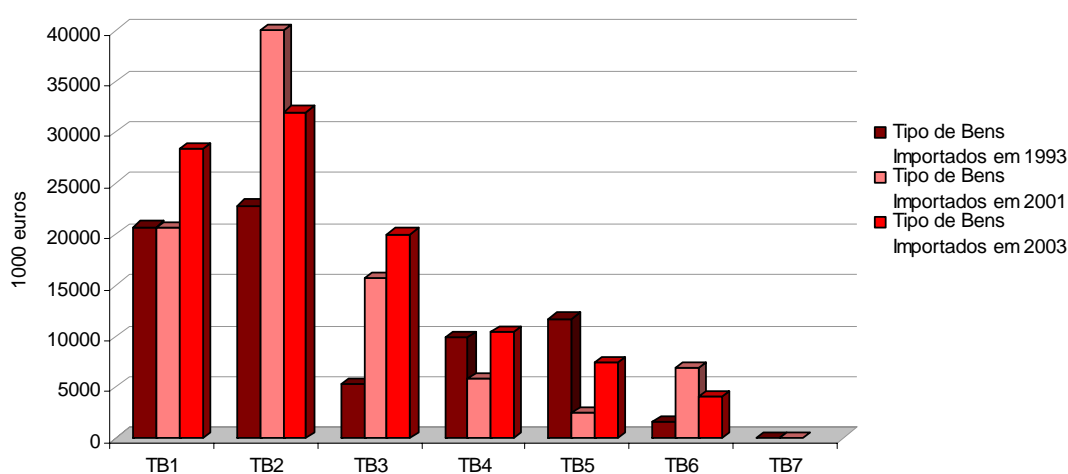
Relativamente ao valor das importações e exportações, em 2003, a Região apresentou um montante de importações de, aproximadamente, 10,2 milhões de euros. No mesmo ano, as exportações situaram-se nos 4,6 milhões de euros. Numa análise comparativa entre 2001 e 2003, verifica-se a existência de um aumento significativo do montante de exportações, na ordem dos 62,8%, enquanto que ao nível das importações o aumento é menos significativo, sendo na ordem dos 6,6% (Figura 108).



Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 108. Importações e exportações na RAA (1993-2003)

Os valores relativos às importações efectuadas em 2003 são geralmente superiores às verificadas em 1993, com excepção para os *Materiais de Transporte e Outros Acessórios*, para os quais se verificou um decréscimo, nomeadamente de 11,7 milhões de euros em 1993, para 7,5 milhões de euros em 2003. Comparativamente ao ano 2001, em 2003 os valores relativos às importações registam aumento em todos os tipos de bens à excepção de *Fornecimentos Industriais e Bens de Consumo Noutras Categorias*. Destaque para o aumento significativo registado em 2003, face aos anos anteriores analisados, tanto nos *Produtos Alimentares e Bebidas* como nos *Combustíveis e Lubrificantes* (Figura 109).



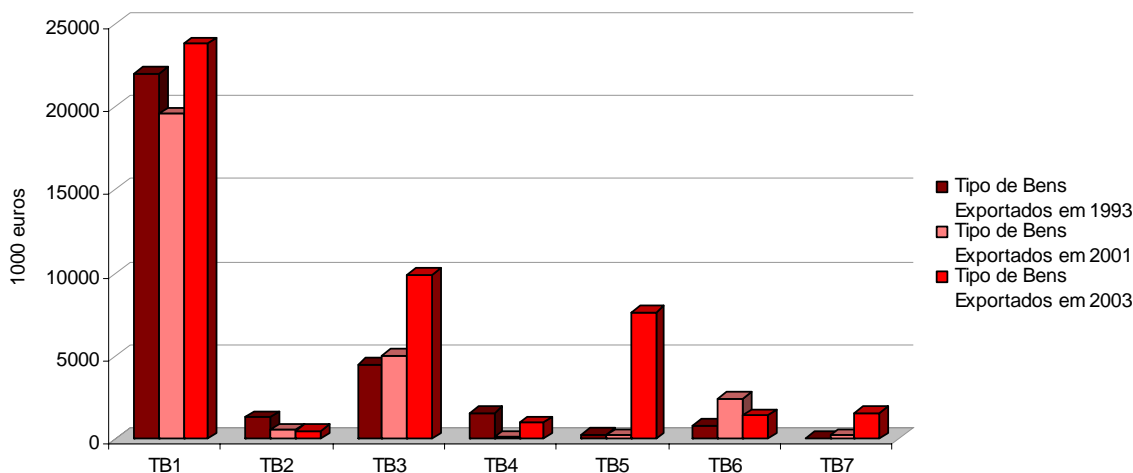
Legenda:

TB1 - Produtos Alimentares e Bebidas;
 TB2 - Fornecimentos Industriais n.e.;
 TB3 - Combustíveis e Lubrificantes;
 TB4 - Máquinas, Outros Bens de Capital (excepto material de transporte) e Seus Acessórios;
 TB5 - Material de Transporte e Outros Acessórios;
 TB6 - Bens de Consumo n.e. Noutras Categorias;
 TB7 - Bens n.e. Noutras Categorias.

Fonte: SREA, 2003a

Figura 109. Importações na RAA, por tipo de bens (1993, 2001 e 2003)

As exportações sofreram um acréscimo de 1993 a 2003, com excepção para os *Fornecimentos Industriais e Máquinas, Outros Bens de Capital e seus Acessórios*, que decresceram ligeiramente. Em relação a 2001, o ano de 2003 registou um aumento em todos os tipos de bens à excepção de *Fornecimentos Industriais* e de *Bens de Consumo Noutras Categorias*. Note-se que as áreas dos *Produtos Alimentares e Bebidas*, e *Combustíveis e Lubrificantes*, são as mais representativas (Figura 110).



Legenda:

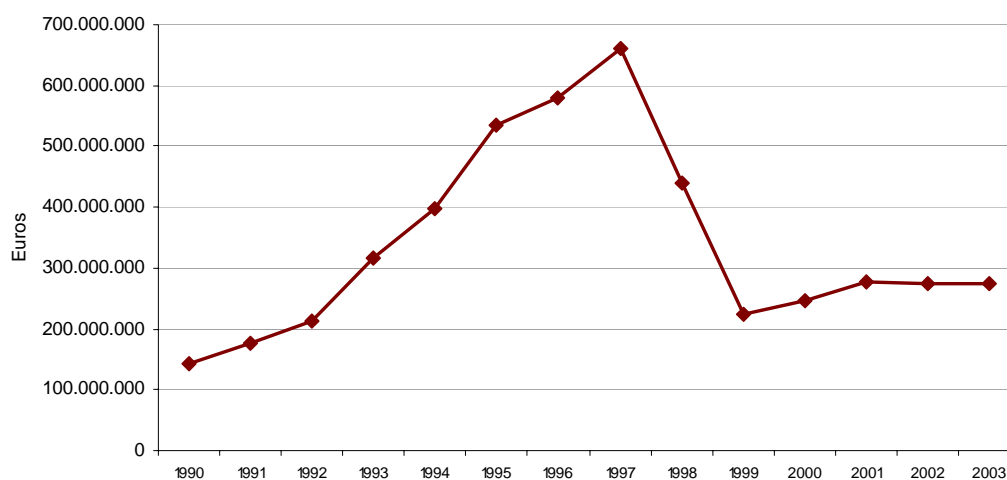
TB1- Produtos Alimentares e Bebidas;
 TB2- Fornecimentos Industriais n.e.;
 TB3- Combustíveis e Lubrificantes;
 TB4- Máquinas, Outros Bens de Capital (excepto material de transporte) e Seus Acessórios;
 TB5- Material de Transporte e Outros Acessórios;
 TB6- Bens de Consumo n.e. Noutras Categorias;
 TB7- Bens n.e. Noutras Categorias.

Fonte: SREA, 2003a

Figura 110. Exportações na RAA, por tipo de bens (1993, 2001 e 2003)

• Dívida regional

De acordo com os dados da Secretaria Regional da Presidência, a dívida pública regional em 2003 situou-se nos 275 milhões de euros, em semelhança a 2002, e abaixo do valor de 1997 (662 milhões de euros). Esta diminuição deve-se ao facto de em 1998 e 1999 terem sido transferidas para a responsabilidade do Governo da República 549 milhões de euros do stock da dívida da Região (308 milhões de euros em 1998 e 241 milhões de euros em 1999) (Figura 111).



Fonte: SRP, 2005

Figura 111. Dívida pública da RAA (1990-2003)

• Investimento elegível por áreas e sub-programas

Sendo um Programa Operacional Regional da Região Autónoma dos Açores, o PRODESA integra parte dos fundos estruturais da União Europeia, no âmbito do QCA III, para o período entre 2000 e 2006.

Segundo a Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (2000), este Programa Operacional constitui um instrumento determinante para complementar o esforço financeiro que a Região deverá realizar para promover o seu desenvolvimento económico e social, atingindo mais elevados níveis de sustentabilidade, reforçando a coesão económico-social e garantindo o processo de convergência com o País e com a União Europeia.

A operacionalização dos objectivos de desenvolvimento assenta nos seguintes eixos prioritários de intervenção:

Eixo 1 – Garantir as condições básicas para a melhoria da competitividade regional – engloba as medidas relativas à modernização das infra-estruturas e equipamentos de base nos domínios da acessibilidade intra e inter-regional, da educação, da saúde e protecção civil;

Eixo 2 – Incrementar a modernização da base produtiva tradicional – compreende intervenções integradas dirigidas ao sector primário da economia, onde a Região detém algumas vantagens competitivas, incluindo as áreas da transformação e comercialização associadas.

Eixo 3 – Promover a dinamização do desenvolvimento sustentado – inclui as medidas dirigidas a sectores de actividade que proporcionem a diversificação da economia, bem como os de natureza horizontal (ambiente, ciência e tecnologia e formação profissional) que promovem a sustentabilidade do desenvolvimento.

Eixo 4 – Apoiar o desenvolvimento local do potencial endógeno – integra os apoios dirigidos às autoridades municipais para a prossecução, em articulação com as linhas de orientação gerais, do desenvolvimento ao nível local, em áreas como o ambiente, as acessibilidades, a educação, cultura, desporto, ordenamento industrial e comercial.

Eixo 5 – Dinamizar e fortalecer o tecido empresarial regional – agrupa os apoios dirigidos ao fomento do investimento das empresas, sejam estas unidades do sector do turismo, pequenas e médias empresas do sectores transformador e de serviços, operadoras dos sistemas de transportes ou a empresa pública regional responsável pela produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.

A operacionalização do PRODESA atinge os 1 259 milhões de euros (854 por fundos estruturais, 244 por fundos públicos regionais e 161 por fundos privados). São poucas as diferenças entre o financiamento atribuído para cada eixo prioritário. Contudo, denota-se uma maior incidência de financiamento para o Eixo 2 - *Incrementar a modernização da base produtiva tradicional*. Ao nível dos Apoios Comunitários, o esforço é mais notório no Eixo 1 – *Garantir as condições básicas para a melhoria da competitividade regional*, mas ao nível da Participação Pública Regional e da Despesa Pública centra-se no Eixo 5 – *Dinamizar e fortalecer o tecido empresarial regional*.

Sem ter em conta a Assistência Técnica, a distribuição das subvenções comunitárias pelos vários eixos comunitários é efectuada com cerca de 24,7% do total para “Garantir as condições básicas para a melhoria da competitividade regional”, 19,0% para a “Modernização da Base Produtiva Tradicional”, 23,2% para a “Dinamização do desenvolvimento económico sustentado”, 20,3% para o “Desenvolvimento local do potencial endógeno” e 12,7% para a “Dinamização e fortalecimento do tecido empresarial regional” (Tabela 35).

O Plano a Médio Prazo (PMP) 2001-2004 é o resultado das orientações da política económica e social do programa do VIII Governo, bem como do PRODESA. Segundo a Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (2001), o investimento calendarizado para esse período temporal totalizou os 355 020 555 euros, e distribuiu-se da seguinte forma pelos objectivos definidos: “Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida” (43,8%), “Calamidades” (38,6%) e “Aumentar a Eficiência da Gestão Público e Institucional” (17,6%).

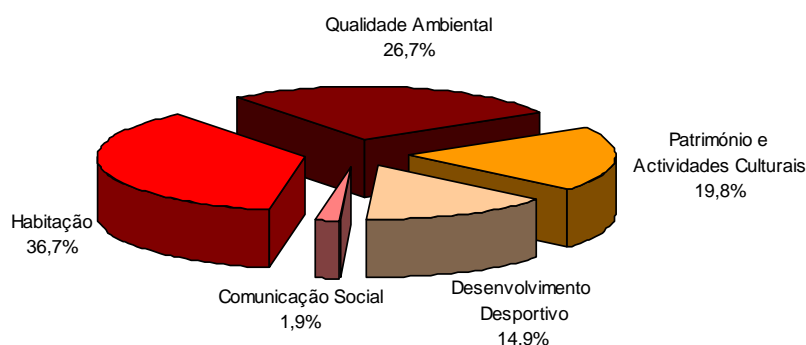
Tabela 35. Investimento estrutural no âmbito do PRODESA

Unidade: Euros

EIXOS	Custo Total	Despesa Pública		Despesa Privada
		Apoios Comunitários	Part. Pública Nacional	
Eixo 1	246 658 000	209 659 000	36 999 000	
Eixo 2	288 457 000	161 720 000	50 827 000	75 910 000
Eixo 3	236 992 000	197 169 000	36 616 000	3 207 000
Eixo 4	203 090 000	172 626 000	30 464 000	
Eixo 5	277 151 000	107 819 000	87 804 000	81 528 000
Assistência Técnica	6 411 000	5 448 000	963 000	
Total	1 258 759 000	854 441 000	243 673 000	160 645 000

Fonte: DREPA, 2000

Para o objectivo “Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida”, registam-se cinco programas com diferentes financiamentos: “Habitação” (36,7%), “Qualidade Ambiental” (26,7%), “Património e Actividades Culturais” (19,8%), “Desenvolvimento Desportivo” (14,9%) e “Comunicação Social” (1,9%) (Figura 112). Cada programa integra um conjunto de projectos e estes um conjunto de acções que apresentam diferentes financiamentos. Em resumo, indicam-se apenas as acções que apresentam um montante mais significativo para cada um dos projectos/programas.



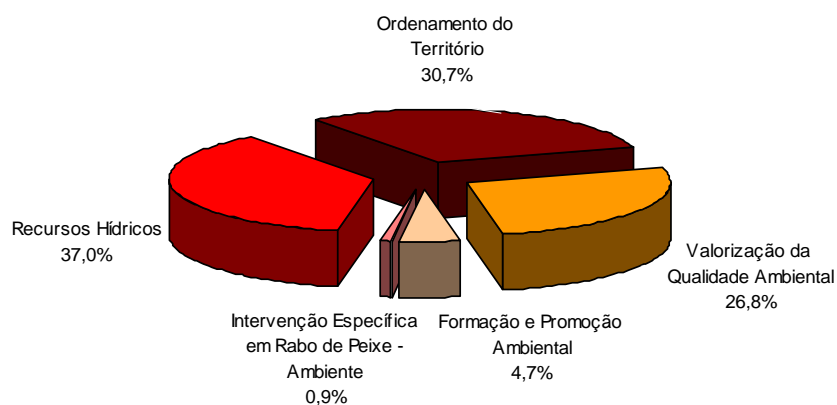
Fonte: DREPA, 2001

Figura 112. Distribuição, por programa, do financiamento inerente ao objectivo "Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida"

Relativamente aos projectos inseridos no objectivo “Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida”, são contabilizados três para o programa de “Habitação”. Do financiamento previsto para este programa, são distribuídos cerca de 51,8% para o projecto “Construção e Aquisição de Habitação Própria”, com acções de maior representatividade ao nível do “Apoio à Construção (Auto-construção e Propriedade Resolúvel)” (64,9%) e alguma representatividade ao nível do

“Apoio à Aquisição de Habitação e Aquisição de Solos (para cedência de lotes inclusive para CDH's)”. Cerca de 39,6% para o projecto “Recuperação da Habitação e Realojamentos”, com acções que se distinguem entre a “Cooperação com Autarquias (realojamentos)”, “Apoio à Recuperação de Habitação Degradada” e “Parque Habitacional Público” e “Realojamentos”. Apenas 8,6% do financiamento destina-se a uma “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Habitação”, cuja acção de maior evidência incide sobre a “Construção e Aquisição de Habitação em Rabo de Peixe”.

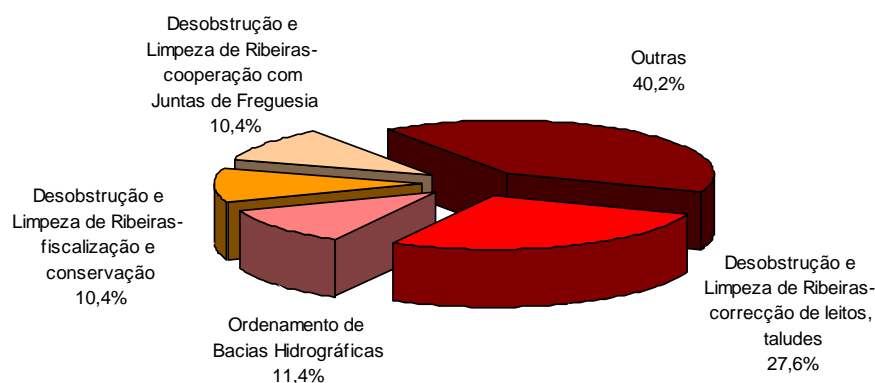
No programa “Qualidade Ambiental” registam-se cinco projectos, nomeadamente “Recursos Hídricos” (37,0%), “Ordenamento do Território” (30,7%), “Valorização da Qualidade Ambiental” (26,8%), “Formação e Promoção Ambiental” (4,7%) e “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Ambiente” (0,9%) (Figura 113).



Fonte: DREPA, 2001

Figura 113. Distribuição, por projectos, do financiamento inerente ao programa “Qualidade Ambiental”

O projecto “Recursos Hídricos” integra um vasto conjunto de acções (23), das quais se destacam a “Desobstrução e Limpeza de Ribeiras – correcção de leitos e taludes” (27,6%), “Ordenamento de Bacias Hidrográficas – Furnas, Povoação e Faial da Terra” (11,4%), “Desobstrução e Limpeza de Ribeiras – fiscalização e conservação” (10,4%) e “Desobstrução e Limpeza de Ribeiras – cooperação com as Juntas de Freguesia” (10,4%) (Figura 114).



Fonte: DREPA, 2001

Figura 114. Distribuição, segundo as acções, do orçamento inerente ao projecto “Recursos Hídricos”

Ao nível do “Ordenamento do Território”, foram contempladas 20 acções, nomeadamente dirigidas à “Protecção da Orla Costeira das Lages do Pico” (24,7%), o “Ordenamento da Orla Costeira de São Miguel” (10,8%) e “Elaboração e Acompanhamento dos POOC’s” (10,6%). A “Valorização da Qualidade Ambiental” inclui as acções de “Controlo da Qualidade Ambiental” (33,9%), “Gestão de Áreas Protegidas” (24,0%) e “Vigilância Integrada da Qualidade do Ambiente” (18,6%). O projecto “Formação e Promoção Ambiental” detém apenas duas acções, sendo a mais representativa a “Informação, Sensibilização e Promoção Ambientais” (68,3%). De igual modo, o projecto de “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Ambiente” integra duas acções, apresentando um maior investimento sobre as “Medidas de Requalificação Ambiental” (54,8%).

São quatro os projectos inseridos no programa “Património e Actividades Culturais” (“Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural” (66,9%), “Dinamização de Actividades Culturais” (26,7%), “Protecção e Valorização de Angra Património Mundial” (6,1%) e “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Cultura” (0,3%)). O projecto “Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural” apresenta um vasto conjunto de acções (43), das quais se destacam: “Recolhimento de Santa Bárbara – Museu Carlos Machado” (18,9%), “Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (novas instalações)” (12,6%) e “Casa Walter Bensaúde” (11,6%). Intervenções ao nível da Rede de Leitura Pública, Música – Fardamentos, Instrumental e Intercâmbios e Espectáculos de Iniciativa Governamental (Música, Teatro, Bailado e Ópera), são algumas das 19 acções contempladas no projecto “Dinamização de Actividades Culturais”.

Integram-se no projecto “Protecção e Valorização de Angra Património Mundial” cinco acções, das quais se destacam a “Correcção de Anomalias Arquitectónicas”, “Reconstrução e Conservação de

Imóveis” e “Restauro de Elementos de Interesse Histórico ou Arquitectónico”. O projecto “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Cultura” apresenta como acção única a “Dinamização das Actividades Culturais em Rabo de Peixe”.

Registam-se quatro projectos no programa “Desenvolvimento Desportivo”, nomeadamente o projecto “Instalações e Equipamentos” (43,4%), com acções ao nível do “Parque Desportivo da Ilha Terceira”, “Parque Desportivo de São Miguel” e “Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas”. O projecto “Actividades Desportivas” (40,6%) apresenta acções de “Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais”, “Apoio à Realização e Participação em Competições Regionais e Série Açores” e “Prémios de Classificação e Subida de Divisão”. No projecto “Promoção e Formação” (15,5%), há uma maior incidência do investimento nas acções ao nível dos “Jogos das Ilhas”, “Estrutura Técnica Associativa” e “Formação na Área da Educação Física” e “Desporto”. Por último, o projecto “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desporto” (0,4%) contempla uma acção única ao nível da “Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe”.

Para o programa “Comunicação Social” inserem-se cinco projectos (“Circulação” (51,3%), “Audiovisual” (31,9%), “Modernização” (6,7%), “Formação e Incentivo” (6,7%) e “Promoção no exterior” (3,4%)). O projecto “Circulação” abrange uma acção única, denominada “Difusão dos Média”. O projecto “Audiovisual” envolve três acções, das quais a de “Produção Audiovisual Informativa” merece especial atenção (70,3%), seguindo-se a acção que contempla as “Infra-estruturas Audiovisuais” (21,8%). Os restantes projectos apresentam acções únicas, pelo que o projecto “Modernização” integra a acção “Modernização Tecnológica”. O projecto “Formação e Incentivo” integra a acção “Formação Profissional” e o projecto “Promoção no Exterior” integra a “Promoção dos Açores”.

No objectivo “Calamidades” apenas é registado um único programa, designado “Calamidades”, do qual surgem três projectos, nomeadamente “Sismo” (82,1%), “Intempéries” (14,5%) e “Intervenção Específica em Rabo de Peixe” (3,5%).

O projecto “Sismo” integra 13 acções, reflectindo-se a maior incidência ao nível de “Sismo – Reconstrução de Habitação” (85,0%), e o menor investimento sobre as acções designadas “Sismo – Reconstrução de Estradas Regionais (ER’s)” (Faial) (5,8%) e “Sismo – Construções Escolares e Imóveis Classificados” (4,4%). O Projecto “Intempéries” integra um conjunto de 18 acções. Destas, apresentam-se como mais representativas as acções ao nível das ER’s, nomeadamente “Consolidação dos Taludes e Reabilitação da ER 1-1ª Pisão” (Água d’Alto) (30,9%), “ER’s – Empreitada de Pavimentação e Remodelação de 25 km da ER 1-2ª da ilha do Pico” (13,2%), e ao nível da Agricultura, nomeadamente “Apoio ao Rendimento/Culturas Agrícolas” (7,6%). A “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Calamidades – Ambiente” integra apenas a acção “Protecção da Orla Marítima em Rabo de Peixe”.

O objectivo “Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional” inclui quatro programas com financiamentos distintos: “Planeamento e Finanças” (33,9%), “Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional” (33,5%), “Administração Regional e Local” (21,0%) e “Cooperação Externa” (11,5%).

Registam-se cinco projectos no programa “Administração Regional e Local” (“Cooperação com as Autarquias Locais” (51,0%), “Modernização Administrativa” (20,8%), “Informação de Interesse Público ao Cidadão” (18,0%), “Serviços Sociais” (5,3%) e “Estatística” (4,9%)). Do projecto “Cooperação com as Autarquias Locais” é dada maior atenção às acções “Cooperação Financeira com os Municípios” (68,3%) e “Cooperação Financeira com as Freguesias” (20,0%). A “Promoção de Acções de Formação Profissional” (59,2%) e as “Acções de Modernização Administrativa” (25,5%), são as mais relevantes ao nível do projecto “Modernização Administrativa”. Ao nível da “Informação de Interesse Público ao Cidadão”, verifica-se apenas uma acção, nomeadamente “Loja do Cidadão – Açores/Rede Integrada de Apoio ao Cidadão”. Relativamente ao projecto “Serviços Sociais”, este integra também uma acção única ao nível de “Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos”. O projecto “Estatística” contempla a acção “Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística”.

São apenas três os projectos inseridos no programa “Cooperação Externa”, nomeadamente “Identidade Cultural” (64,7%), cujas acções mais relevantes situam-se ao nível da “Preservação da Identidade Cultural” (39,4%), “Comunicação Açores/Comunidades” (30,0%) e “Encontro Intracomunitário” (16,1%). Das duas acções que integram o projecto “Cooperação inter-regional” (29,2%), apresenta maior relevo a relativa às “Relações Externas e Cooperação” (64,2%). O projecto “Emigrado/Repatriado” (6,2%) integra a acção única de “Integração do Emigrado/Repatriado”.

Evolução do Investimento do Plano a Médio-Prazo 2001-2004

Note-se que a apreciação seguinte não se reporta apenas ao ano de 2003, pois está em causa uma análise crítica à política de investimentos, a qual só tem coerência se reportada ao horizonte temporal do plano de investimentos, nomeadamente de 2001 a 2004.

Da análise temporal do investimento efectuado para cada um dos objectivos, nota-se um crescimento entre 2001 e 2004 do investimento efectuado para o objectivo “Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida”. Nos restantes objectivos analisados verifica-se o oposto, ou seja, há um decréscimo do investimento calendarizado para os objectivos designados por “Calamidades” e “Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional”.

Dos vários programas integrados no objectivo “Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida”, verifica-se um maior investimento para os programas “Habitação”, “Património e Actividades Culturais” e “Desenvolvimento Desportivo”. Para o programa “Qualidade Ambiental” surge

um aumento na verba atribuída para 2002, relativamente ao anterior, contudo, nos anos seguintes está estipulado um menor investimento a este nível. No programa “Comunicação Social” não está previsto nenhum tipo de alteração ao investimento no período em questão. Como atrás foi referido, verificou-se uma diminuição do investimento ao nível do objectivo “Calamidades” e programa respectivo.

No objectivo “Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional”, verifica-se sobretudo um decréscimo na verba concedida para cada um dos programas respectivos. Surge um corte substancial ao nível do programa “Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional” a partir de 2003 e um decréscimo ligeiro no programa “Planeamento e Finanças”. Por outro lado, registam-se ligeiros aumentos nos financiamentos aos programas “Administração Regional e Local” e “Cooperação Externa”.

No período 2001-2004, identificam-se algumas flutuações de investimento nos vários projectos/programas do objectivo “Promover a Sustentabilidade do Desenvolvimento e da Qualidade de Vida”.

Nos projectos do programa “Habitação” persiste um maior investimento ao nível da “Construção e Aquisição de Habitação Própria”. Em 2002, surge uma diminuição do montante atribuído aos projectos “Recuperação da Habitação e Realojamento”, “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Habitação”. Contudo, neste último caso surge um novo acréscimo do investimento a partir de 2003.

Quanto ao programa “Qualidade Ambiental,” regista-se um acréscimo do investimento em 2002 para o projecto “Recursos Hídricos”. No entanto, nos anos seguintes a verba destinada a este projecto é diminuída. Ao nível do projecto “Ordenamento do Território”, existe um aumento considerável no investimento proposto. De igual modo, surge um acréscimo do montante atribuído aos projectos “Valorização da Qualidade Ambiental”, e “Formação e Promoção Ambiental”. Para o projecto “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Ambiente” o financiamento em 2004 é superior ao de 2002, mas inferior ao do ano anterior.

No que se refere aos projectos do programa “Património e Actividades Culturais”, regista-se um acréscimo do financiamento para o projecto “Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural”, em 2002 e 2004 face aos anos antecedentes. Para o projecto “Dinamização de Actividades Culturais” denota-se um aumento sucessivo do investimento. Por outro lado, até 2003 verifica-se um ligeiro aumento da verba para o projecto “Protecção e Valorização de Angra Património Mundial”, vindo a diminuir em 2004. Note-se que a verba mantém-se para o projecto “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Cultura”.

O projecto “Instalações e Equipamentos”, inserido no programa “Desenvolvimento Desportivo”, apresenta maior investimento em 2002 comparativamente a 2001, mas diminui em 2003, comportamento que se altera novamente no ano seguinte. Regista-se uma situação semelhante ao nível da “Promoção e

Formação”, se bem que neste projecto o decréscimo surge em 2003 e não cessa para 2004. Ao nível da “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Desporto”, o investimento é semelhante para o período em questão.

O programa “Comunicação Social” não denota muitas variações no investimento associado aos respectivos projectos. Apenas apresenta um decréscimo em 2002, seguido de um novo aumento nos anos posteriores na verba destinada à execução do projecto “Audiovisual”.

No contexto do objectivo “Calamidades”, regista-se um decréscimo de investimento para o projecto “Sismos”. No projecto “Intempéries” é atribuído um montante mais elevado para 2002, decrescendo nos anos seguintes. Surge também um aumento para o projecto “Intervenção Específica em Rabo de Peixe – Calamidades – Ambiente” em 2002, mantendo-se para o restante período.

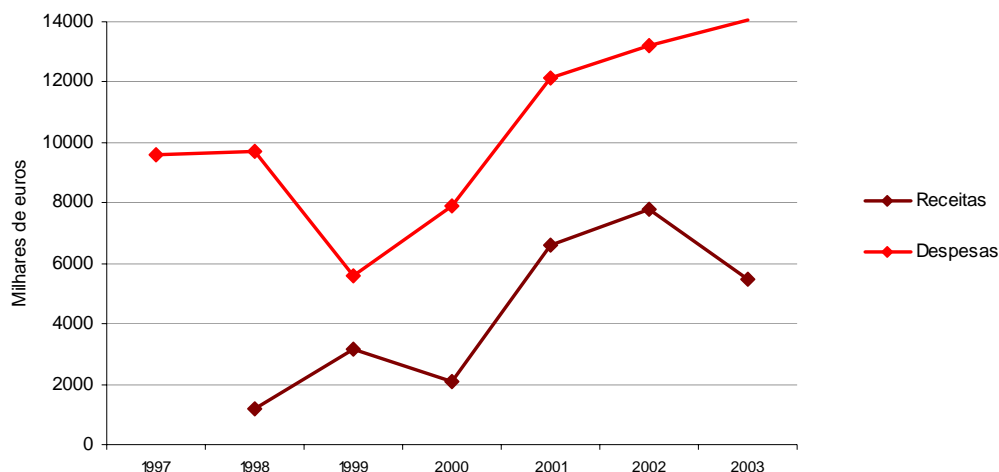
Relativamente ao financiamento atribuído ao objectivo “Aumentar a Eficiência da Gestão Pública e Institucional”, e no que diz respeito ao programa “Planeamento e Finanças”, o respectivo orçamento decresce entre 2001 e 2004. Por outro lado, apesar do investimento para o projecto único do programa “Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional” se manter idêntico nos primeiros dois anos, este decresce em 2003, e volta a estagnar em 2004. O programa “Administração Regional e Local” apresenta um decréscimo no investimento atribuído ao projecto “Cooperação com as Autarquias Locais”, sendo mais evidente entre 2001 e 2002. O financiamento para o projecto “Modernização Administrativa” aumenta gradualmente desde 2001, e mantêm-se a partir de 2003. Maior acréscimo anual surge no investimento atribuído ao projecto “Informação de Interesse Público ao Cidadão” ao longo dos anos. De igual modo, mas de forma mais gradual, verifica-se um aumento do montante para execução do projecto “Serviços Sociais”. Ao nível do projecto “Estatística”, o financiamento é semelhante para 2001 e 2004, contudo é inferior em 2002 e 2003.

Por último, verifica-se um aumento gradual do financiamento para os projectos “Identidade Cultural” e “Cooperação Inter-Regional”, que integram o programa de “Cooperação Externa”. Em 2002, surge um aumento no montante atribuído ao projecto “Emigrado/Repatriado”, mantendo-se em 2003 e com novo acréscimo em 2004.

- **Investimento e despesa regional com a protecção e gestão do ambiente**

Acerca dos investimentos e despesas com a protecção e gestão do ambiente, note-se que existe informação relativa à Administração Local e Regional mas esta encontra-se desagregada em domínios do ambiente diferentes e não coincidentes, dificultando a análise comparativa.

No caso da Administração Local, a Figura 115 evidencia a evolução das receitas e despesas na área do ambiente, no período entre 1997 e 2003. Saliente-se que não existem dados das receitas para 1997, situação que não inviabilizou que se contabilizasse as despesas relativas a esse ano.



Fonte: SREA, 1999; SREA, 2001a; SREA, 2003b; SREA, 2004a; SREA, 2005

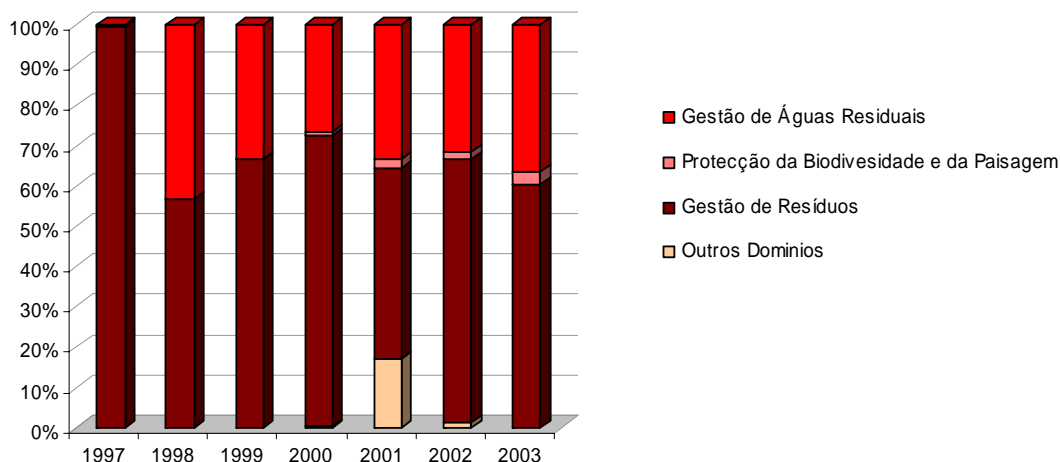
Figura 115. Evolução das receitas e das despesas das autarquias da RAA, na área do ambiente (1997-2003)

De facto, observa-se um crescente aumento das despesas com o ambiente por parte dos municípios desde 1999 a 2003, atingindo o valor máximo neste último ano, com 14 049 milhares de euros. As receitas são inferiores às despesas, atingindo-se o valor mais significativo em 2002, com 7 781 milhares de euros. Verifica-se ainda uma diminuição das receitas no ano 2003.

As despesas das autarquias encontram-se desagregadas nos diferentes domínios de gestão do ambiente indicados nos anuários estatísticos, nomeadamente: “Protecção do Recurso Água”, “Gestão de Resíduos”, “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Outros Domínios”, que compreendem a “Protecção da Qualidade do Ar e do Clima”, a “Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas”, a “Protecção contra o Ruído e Vibrações”, a “Protecção contra as Radiações”, a “I&D” e as “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”.

O domínio que acarreta a maior despesa por parte das administrações locais é o da “Gestão de Resíduos”, abarcando mais de 50% do total das despesas, excepto em 2001. Numa análise evolutiva, observa-se um decréscimo da percentagem deste domínio em favor de outros, tais como a “Gestão de Águas Residuais”. A partir de 2000, começam a surgir investimentos na “Protecção da Biodiversidade e da Paisagem” e em “Outros Domínios”, que apresentam um valor significativo em 2001, nomeadamente

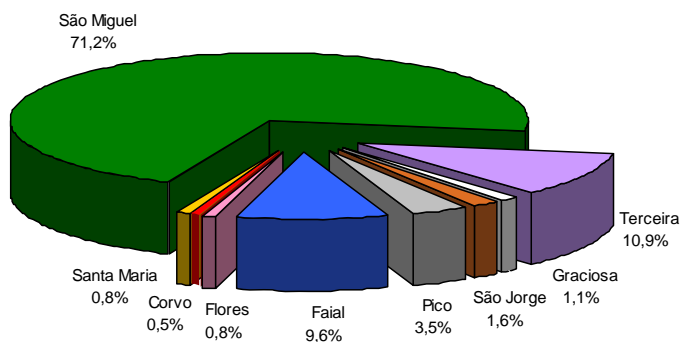
20% do total das despesas (Figura 116). No entanto, no ano de 2003 não foram distinguidos os vários domínios que anteriormente integravam o conjunto de outros domínios.



Fonte: SREA, 1999; SREA, 2001a; SREA, 2003b; SREA, 2004a; SREA, 2005

Figura 116. Evolução da percentagem das despesas das autarquias da RAA, segundo os domínios de gestão do ambiente (1997-2003)

Um estudo mais detalhado a nível das ilhas, em 2003, demonstra uma despesa claramente superior das autarquias da ilha de São Miguel, com cerca de 71,2% do total das despesas, correspondente a 10 003 milhares de euros, seguida dos municípios da Terceira com 10,9%, Faial com 9,6% e Pico com 3,5% (Figura 117). Note-se que as despesas para as ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo são muito inferiores às verificadas para a ilha de São Miguel, pelo que as respectivas percentagens resultam entre 0,5 e 1,6%.



Fonte: SREA, 2005

Figura 117. Percentagem das despesas das autarquias na área do ambiente, por ilha (2003)

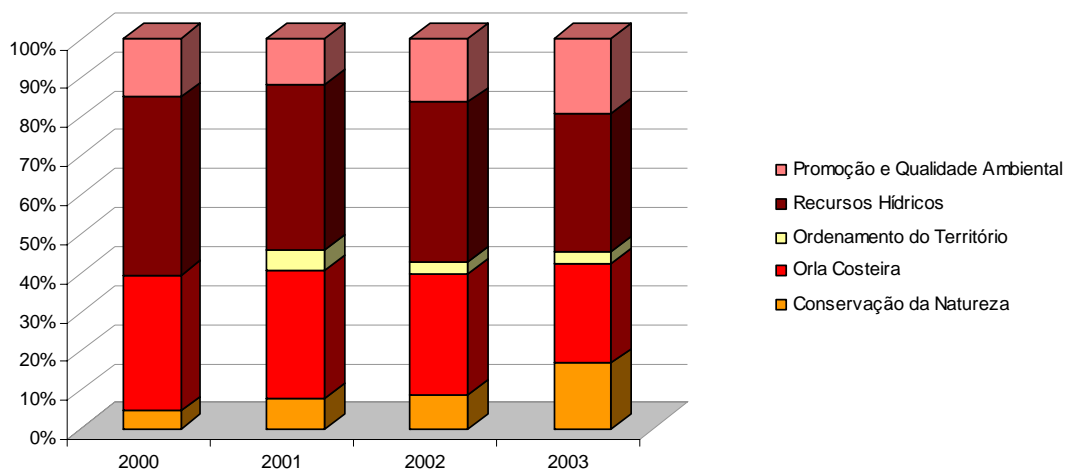
No que respeita à Administração Regional, a informação relativa ao investimento da anteriormente designada Secretaria Regional do Ambiente foi fornecida pela Direcção Regional do Ambiente. A Figura 118 demonstra a evolução no período 2000-2003, observando-se um máximo de investimento em 2002, correspondente a 11 975 mil euros, valor inferior ao despendido por parte dos municípios da Região no mesmo ano (13 206 mil euros).



Fonte: DRA, 2005

Figura 118. Evolução do investimento da entidade regional competente em matéria de ambiente (2000-2003)

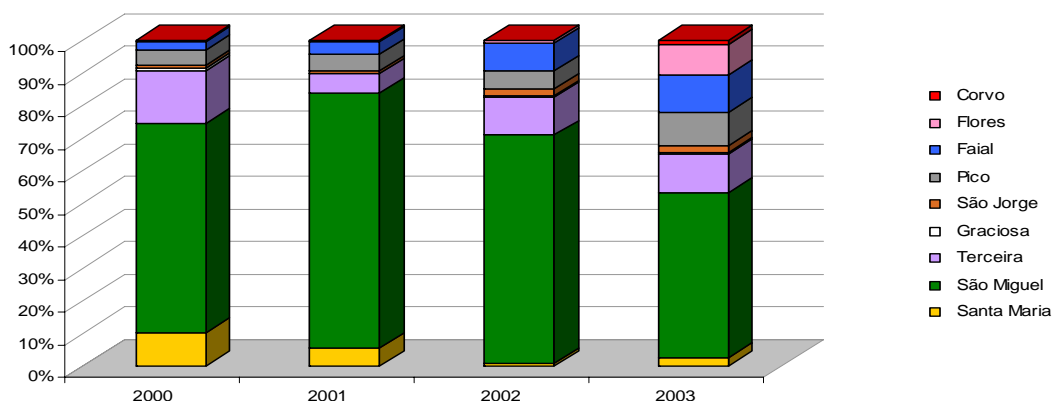
Ao analisar-se o investimento, desagregado pelas diversas áreas de intervenção no Ambiente, nomeadamente “Recursos Hídricos”, “Ordenamento do Território”, “Orla Costeira”, “Conservação da Natureza” e “Promoção e Qualidade Ambiental”, verifica-se que os “Recursos Hídricos” detêm a maior fatia, com o valor mais expressivo em 2000, nomeadamente 4 897 mil euros, seguidos do investimento na “Orla Costeira”. O “Ordenamento do Território” é o domínio com menor representatividade, no entanto ocupa uma percentagem mais expressiva em 2001, com cerca de 8% (415 mil euros). Saliente-se o aumento do investimento nos últimos anos na “Conservação da Natureza”, particularmente em 2003, ano no qual atinge 20% das despesas (Figura 119).



Fonte: DRA, 2005

Figura 119. Evolução do investimento da entidade regional competente em matéria de ambiente, segundo as áreas de intervenção (2000-2003)

Numa análise ao investimento da Administração Regional, segundo as ilhas do arquipélago, no período 2000-2003, pode observar-se que a ilha para a qual é canalizada a fatia mais significativa do investimento da RAA é a de São Miguel, com um valor máximo em 2001, nomeadamente 8 082 mil euros, correspondente maioritariamente à rubrica “Gestão e Protecção dos Recursos Hídricos”, seguida da ilha Terceira. A ilha que demonstra menor percentagem de esforço financeiro é a da Graciosa, que em 2001 foi alvo de um investimento mínimo de 10 mil euros.



Fonte: DRA, 2005

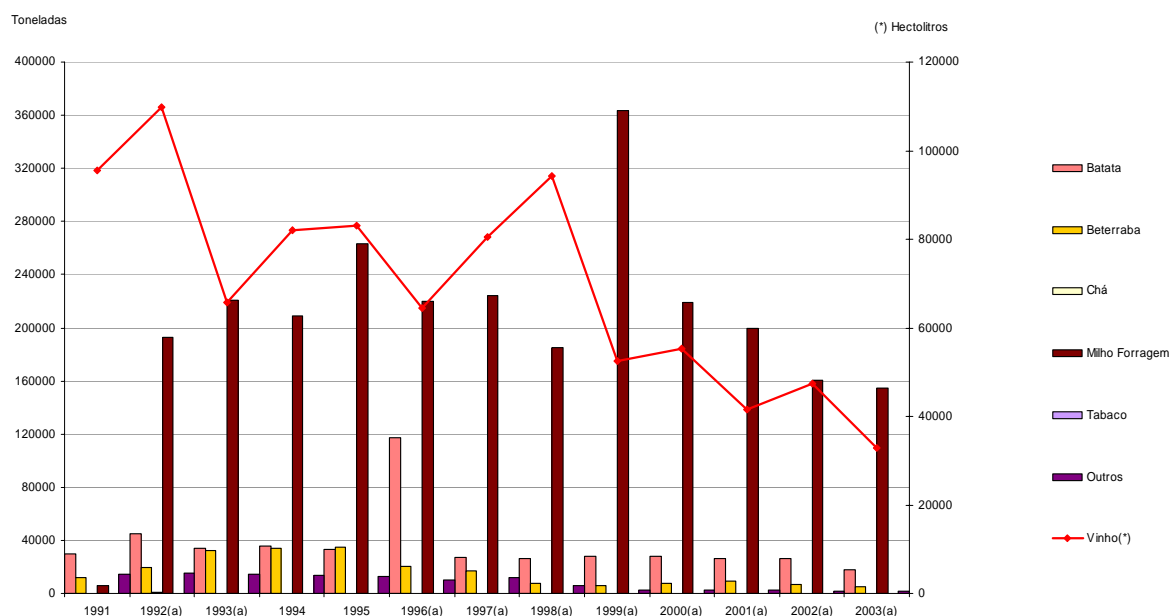
Figura 120. Evolução das percentagens de investimento da entidade regional competente em matéria de ambiente, por ilha (2000-2003)

AGRICULTURA, FLORESTA E PECUÁRIA

• Produção agrícola

Em 2003, as culturas agrícolas mais relevantes na Região, tendo por base as quantidades produzidas, foram o milho de forragem (154 mil toneladas), a batata (18 mil toneladas), a beterraba sacarina (5 mil toneladas), o chá (116 toneladas) e o tabaco (104 toneladas). A estimativa de vinho produzido aponta para um valor de cerca de 33 mil hectolitros (Figura 121).

No período de 1993 a 2003, a produção agrícola apresenta, na generalidade, um forte declínio, existindo quebras superiores a 40% (média de 42,3%), com maior incidência na produção da beterraba sacarina e de vinho. A cultura de milho de forragem (directamente ligada ao sector agro-pecuário) e de tabaco são as que registam a menor diminuição de produção, enquanto que a do chá é a única que regista um aumento produtivo. Comparativamente a 2001, no ano 2003 ainda persiste um decréscimo de produção agrícola (24,0%), sendo a produção de batata e de beterraba sacarina as que indiciam uma menor produção e a de chá que continua a evidenciar um aumento.



Fonte: SREA, 2003a

(a) Valores estimados

Figura 121. Produção total agrícola na RAA (1993-2003)

• Floresta

No que se refere à silvicultura, note-se que não existem dados referentes a 2003 para a Região, mas somente para a ilha de São Miguel e Terceira. Contudo, segundo a informação fornecida pela Direcção Regional dos Recursos Florestais, por comunicação pessoal, não existem alterações significativas do valor regional registado em 1999 para o sector público, podendo mesmo afirmar-se que este manteve-se até 2003.

• Pecuária

No que se respeita à produção do sector pecuário, particularmente a produção de leite na Região, em 2003 alcançou os 492 milhões de litros, o que representa um aumento de 16,5% em relação a 1998. Relativamente aos produtos lácteos, atingiu as 25 830 toneladas, revelando um decréscimo de aproximadamente 40%, situação inversa à registada com a produção de leite para consumo, que subiu cerca de 30%.

Acompanhando o aumento da produção de leite, parece ter lugar um processo de intensificação e redimensionamento das explorações pecuárias, existindo no período 1995-1999 uma diminuição na ordem dos 8,0% do número de explorações, e continuando para 2001. Por seu turno, o efectivo bovino da Região aumenta significativamente de 1995 para 2003, à semelhança das vacas leiteiras, que registam um acréscimo na ordem dos 28% (Tabela 36).

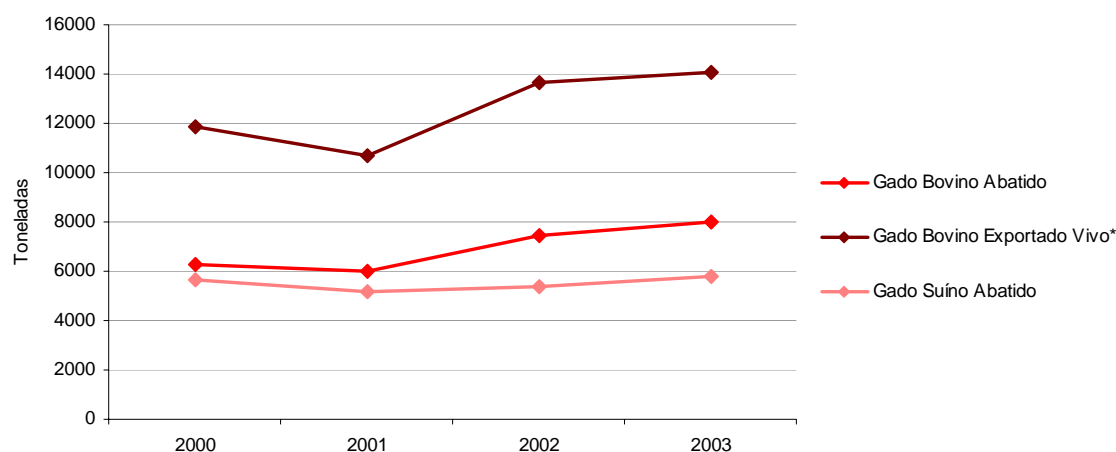
Este aumento de produção do sector pecuário, mais especificamente ao nível da produção leiteira, deve ser seguido com atenção, pois poderá levantar problemas relativos com a ultrapassagem das quotas leiteiras estipuladas pela Comunidade Europeia para a Região Autónoma dos Açores.

Tabela 36. Número de explorações e número de efectivos pecuários na RAA (1995 a 2003)

	1995	1999	2001	2002	2003
	Unidade: N.º				
Explorações	10 722	9 873	7 818	X	X
Bovinos	214 717	238 396	231 171	226 000	257 225
Bovinos/Exploração	20	24	30		
Explorações	5 549	5 119	4 274	X	X
Vacas Leiteiras	83 323	98 688	97 354	10 100	106 452
Vacas/Exploração	15	19	23		

Fonte: SREA, 2003a

Em 2003, a produção de carne foi de 27 mil toneladas, representando um aumento de produção contínuo desde 2000, ano para o qual registava apenas 24 mil toneladas. O gado bovino abatido e exportado vivo são os principais responsáveis por este aumento (Figura 122).



Fonte: SREA, 2003a

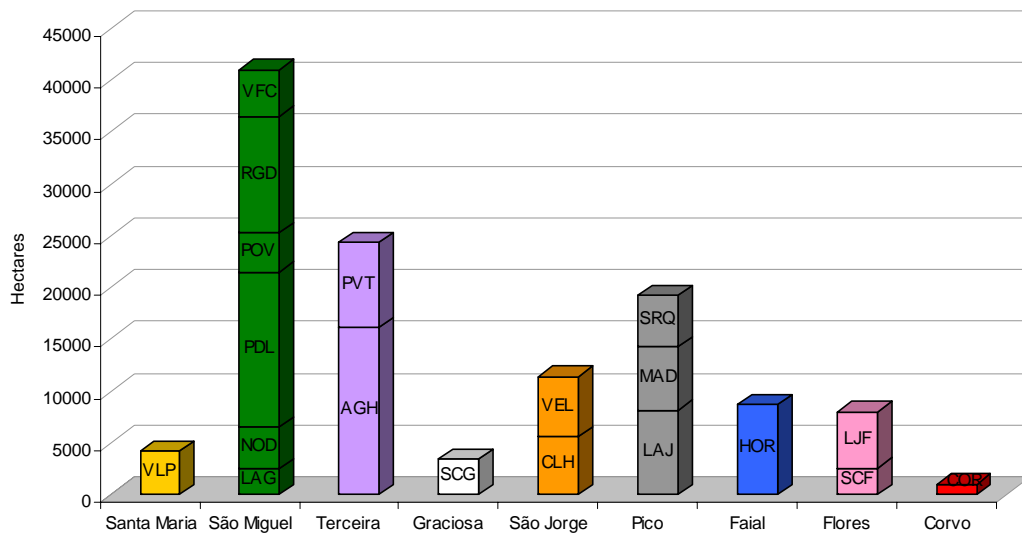
Legenda: * Peso estimado em carcaça

Figura 122. Produção de carne na RAA (2000-2003)

• Explorações e superfície agrícola utilizada

Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura 1999 (INE, 2001d) e o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2003 (INE, 2005), o número de explorações agrícolas na Região diminuiu, passando de 19 280 em 1999 a 17 351 em 2003. Contudo, não se verificam alterações significativas na superfície agrícola total, nomeadamente passando de 140 553 ha a 140 297 ha no período de 1999 a 2003. Este facto poderá dever-se ao emparcelamento agrícola.

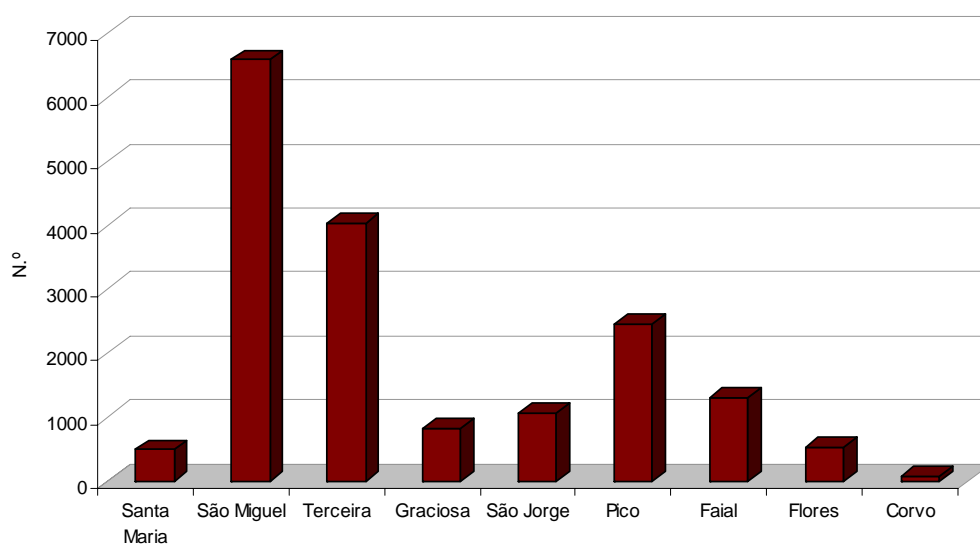
Em 1999, a ilha de São Miguel, dada a sua dimensão, apresentava o maior número de explorações, nomeadamente 7 377, e a quantidade mais expressiva de superfície agrícola utilizada (47 242 ha), sendo o concelho de Ponta Delgada aquele que detinha o maior número de explorações (39,2%). A ilha Terceira ocupava a posição secundária ao nível regional, com 4 522 explorações, que cobriam uma área de 26 130 ha. O concelho de Angra do Heroísmo concentrava quer o maior número de explorações, quer a maior quantidade de área utilizada, com 58,0% e 67,2%, respectivamente. O menor número de explorações correspondia à ilha do Corvo, onde a superfície agrícola correspondia a 1 279 ha repartida por 65 explorações.



Fonte: INE, 2001d

Figura 123. Superfície agrícola utilizada na RAA, por concelho (1999)

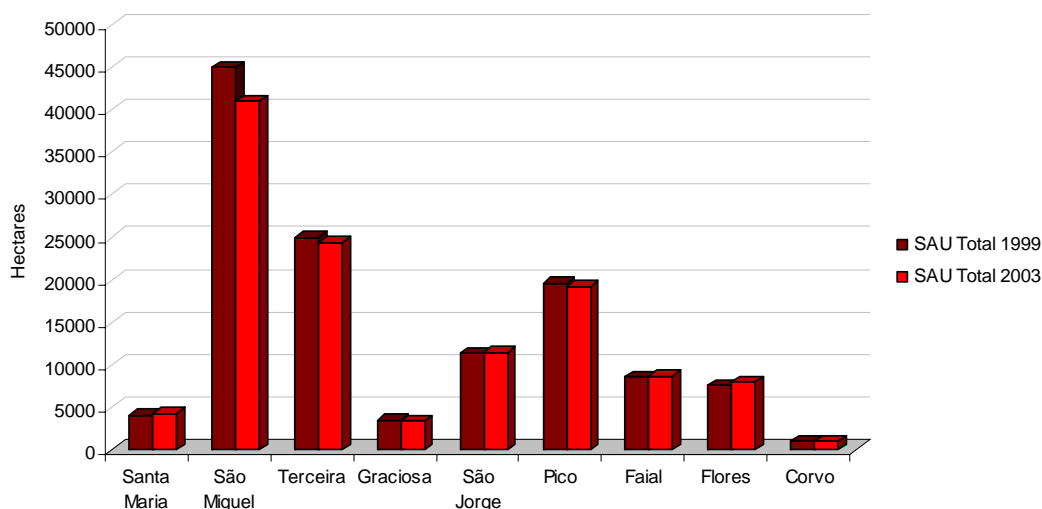
No que se refere a 2003, a informação disponibilizada pelo SREA não se encontra discriminada ao nível dos concelhos, existindo apenas valores para o número de explorações por ilha. Assim, segundo o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2003 (INE, 2005), as explorações agrícolas na ilha de São Miguel diminuíram de 1999 a 2003, passando a 6 590 neste último ano (Figura 124). No entanto, a superfície respectiva sofreu um acréscimo, ascendendo a 49 950 ha. Note-se que para as restantes ilhas o número de explorações e respectiva superfície manteve-se constante.



Fonte INE, 2005

Figura 124. Explorações agrícolas na RAA, por ilha (2003)

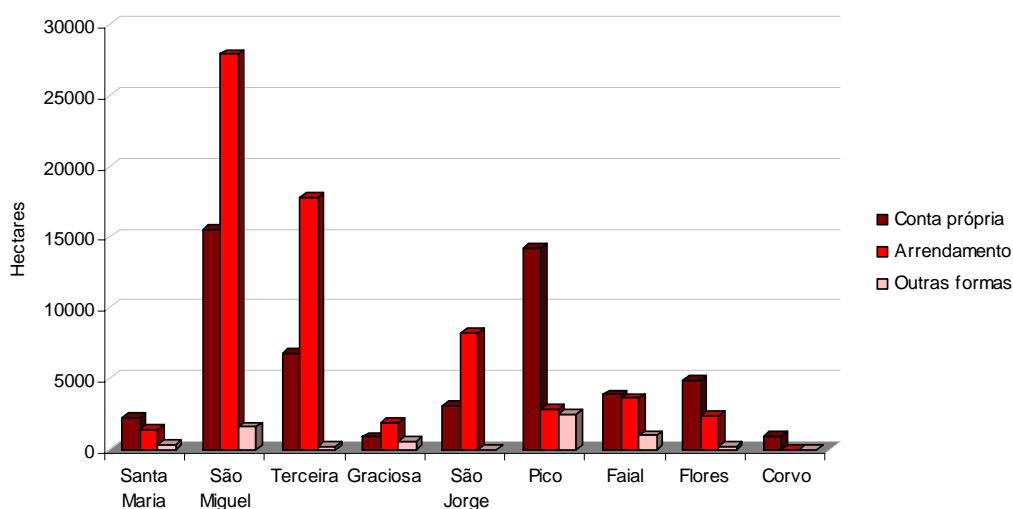
Em 1999, a superfície agrícola utilizada (SAU) na região totalizava 125 591 ha diminuindo para 121 308 ha em 2003, equivalente a menos 3,5%. No entanto, refira-se que a ilha de São Miguel apresentou o decréscimo mais significativo. Nas restantes ilhas, este indicador não sofreu oscilações expressivas (Figura 125).



Fonte: INE, 2001d; INE, 2005

Figura 125. Evolução da superfície agrícola utilizada na RAA, por ilha (1999 e 2003)

Numa análise às tipologias de exploração, nomeadamente “Arrendamento”, “Conta própria” e “Outras formas” verifica-se que o “Arrendamento” é a forma mais comum de exploração (Figura 126). Contudo, a exploração por “Conta própria” assume igualmente alguma representatividade, sobretudo nas ilhas do Pico, Flores, Santa Maria e Corvo onde constitui a principal tipologia de exploração.



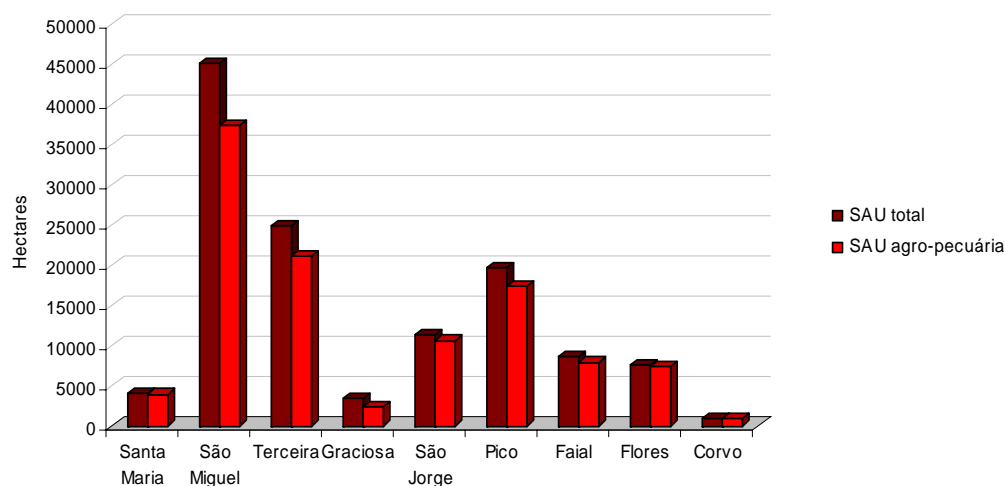
Fonte: INE, 2005

Figura 126. Superfície agrícola utilizada na RAA, por ilha, segundo as tipologias de exploração (2003)

• Explorações de SAU na agro-pecuária

Em 1999, a superfície agrícola utilizada para a actividade agro-pecuária compreendia cerca de 105 273 ha, perfazendo 87,0% da SAU regional, passando em 2003 a 109 661 ha, permanecendo com uma representatividade de 87,3%. Este facto é consequência, como já havia sido exposto anteriormente, do aumento da superfície agrícola e da diminuição do número de explorações.

Na Figura 127 apresenta-se a relação da SAU total e da SAU na agro-pecuária em 2003, segundo as ilhas. Os casos mais destacáveis são os referentes às ilhas das Flores e Corvo, para as quais a SAU na agro-pecuária tem uma representatividade superior a 98% do total da superfície agrícola. A ilha Graciosa é a que apresenta a menor ocupação percentual da SAU, com prados ou pastagens permanentes (76,0%).



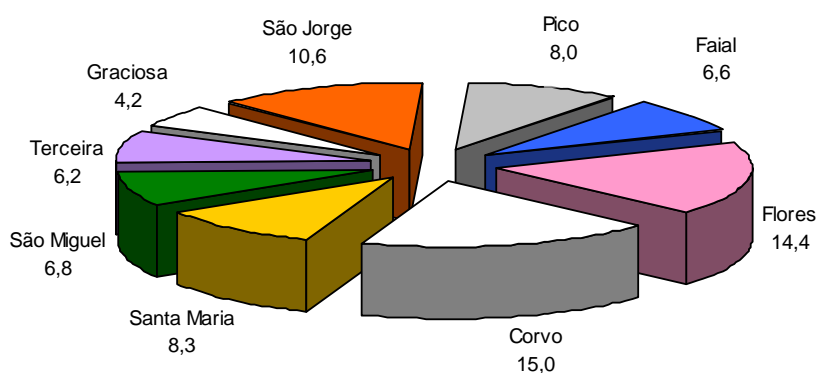
Fonte: INE, 2005

Figura 127. SAU total e SAU na agro-pecuária na RAA, por ilha (2003)

• SAU por exploração

Em 1999, o valor médio da SAU, por exploração, na Região situava-se em 6,3 ha/exploração. Neste ano, a maioria dos concelhos da RAA apresentava valores similares a este, sendo as maiores excepções o concelho da Lagoa (4,5 ha/exploração), na ilha de São Miguel, Praia da Vitória (4,3 ha/exploração), na ilha Terceira, e Santa Cruz da Graciosa (3,7 ha/exploração). Por seu turno, os concelhos que demonstravam valores substancialmente superiores à média eram o da Calheta (8,6 ha/exploração), Velas (9,2 ha/exploração), ambos na ilha de São Jorge, Lages do Pico (8,1 ha/exploração), São Roque do Pico (8,1 ha/exploração), Lages das Flores (8,4 ha/exploração), Santa Cruz das Flores (18,0 ha/exploração), e Corvo (15,1 ha/exploração).

Em 2003, o valor médio da SAU, por exploração, na Região ascendeu a 7,2 ha/exploração. No conjunto das ilhas, e à semelhança de 1999, destaque-se a do Corvo, onde a relação SAU/exploração situa-se em 15,0 ha/exploração, mais do dobro do valor registado para a região, e a ilha das Flores com 14,4 ha/exploração. Por outro lado, é novamente a ilha Graciosa aquela que denota o valor mais baixo. Note-se que para este ano não existe informação disponível a nível concelhio (Figura 128).



Fonte: INE, 2005

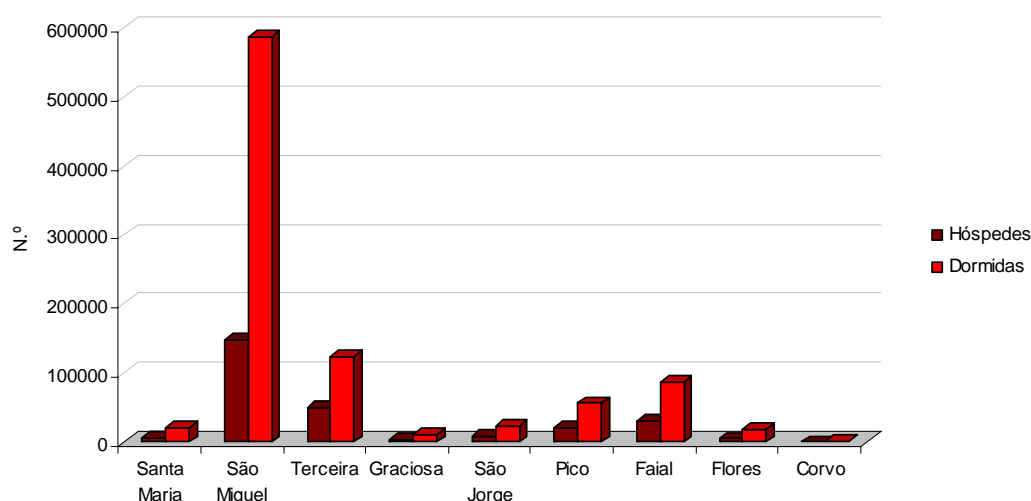
Figura 128. SAU por exploração na RAA, por ilha (2003)

TURISMO

- **Hóspedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros por ano e por ilha**

Em 2003, os estabelecimentos hoteleiros da Região receberam 273 930 hóspedes, menos 3,8% do que em 2002, representando um total de 926 022 dormidas. No entanto, o valor registado para o ano 2003 é superior ao registado em 2000.

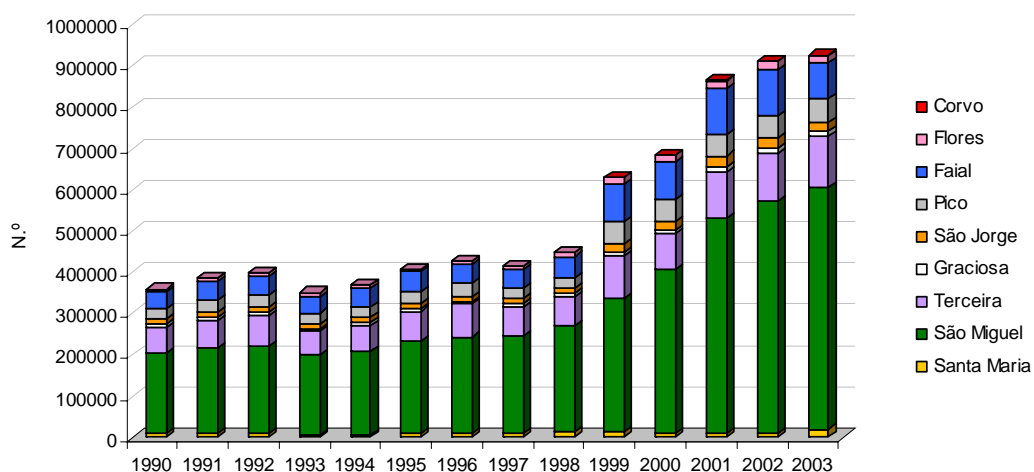
São Miguel é a ilha que mais hóspedes acolheu em 2003, num total de cerca de 148 mil, cerca de 54,1% do total regional, seguida da Terceira e do Faial com 18,3% e 11,1%, respectivamente (Figura 129).



Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 129. Número de hóspedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros na RAA, por ilha (2003)

Durante a última década, o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da Região apresentou um aumento significativo, situação comum a quase todas as ilhas. Entre 1990 e 2003 regista-se mais do dobro do número de hóspedes, onde se destaca a ilha das Flores para a qual o valor triplicou em relação a 1990. A exceção reporta-se à ilha de Santa Maria que apresentou neste período uma evolução menos significativa (Figura 130).

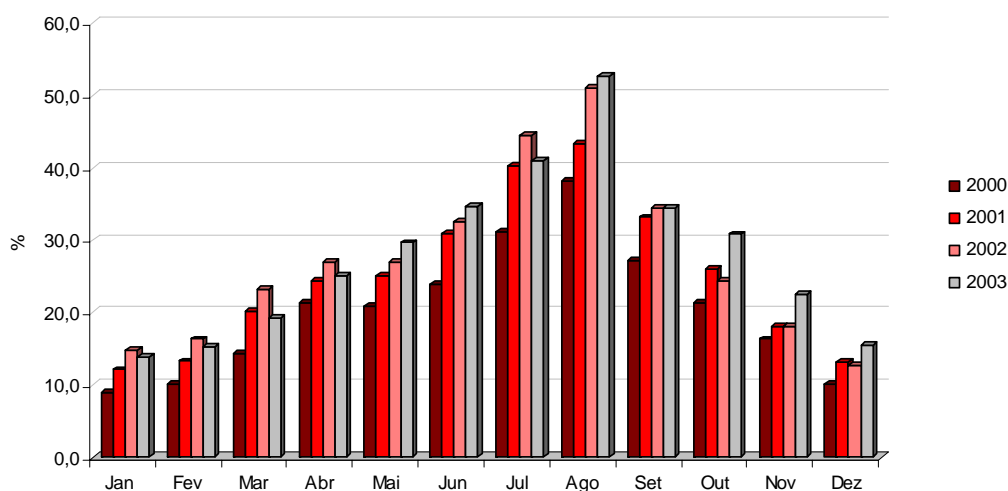


Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 130. Número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros na RAA, por ilha (1990-2003)

• Intensidade turística

A intensidade turística reflecte a pressão exercida pelo número de turistas que entra e permanece, e traduz-se na relação entre estes e a população residente. Na Região, a intensidade turística encontra-se intimamente ligada com a sazonalidade. Em Agosto de 2001, a intensidade turística atingiu os 43,0%, e em 2003 foi superior, atingindo os 52,8%. Neste último ano, o turismo nos Açores apresentou um crescimento de 18,8% em relação a 2000 (Figura 131).



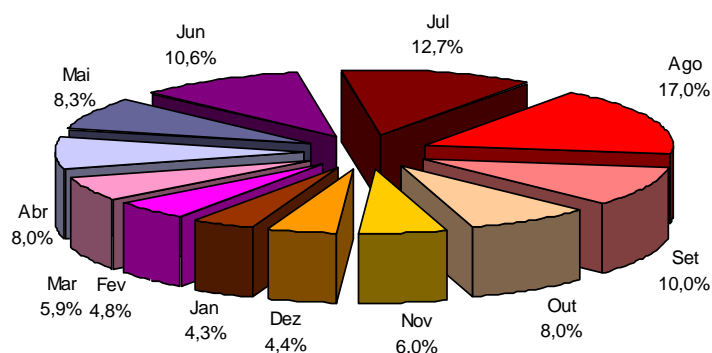
Fonte: INE, 2004b; SREA, 2002a; SREA, 2003b; SREA, 2004a

Figura 131. Intensidade turística mensal na RAA (2000-2003)

Este dado, sem ser preocupante, deve ser levado em atenção, uma vez que a procura dos Açores como destino turístico não cessa de aumentar e o acréscimo de turistas, especialmente no verão, pode induzir diversos problemas, nomeadamente a um reforço do consumo de recursos, como é o caso da água que, já não sendo abundante durante essa estação, em algumas ilhas, pode mesmo tornar-se escassa, bem como a inadequação da capacidade das infra-estruturas de tratamento de águas residuais.

• Sazonalidade turística

De acordo com a metodologia do INE, existem épocas turísticas distintas, diferenciadas pela percentagem de turistas em relação à população residente. Em 2003, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, a sazonalidade é visível, sendo registada uma época alta, entre Junho e Setembro, correspondendo a 50,3% dos hóspedes que visitaram a RAA nesse ano. O mês em se regista maior número de hóspedes é o de Agosto (Figura 132).

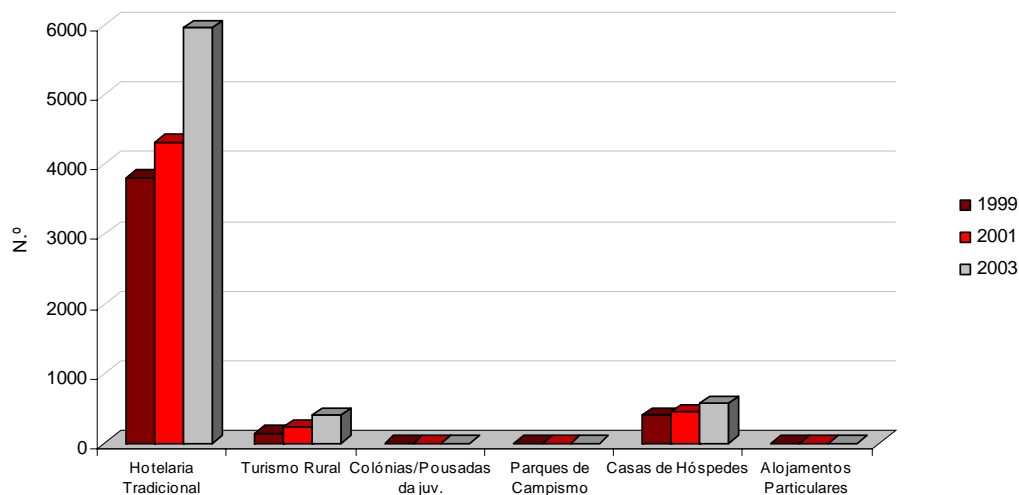


Fonte: INE, 2004b; SREA, 2002a; SREA, 2003b; SREA, 2004a

Figura 132. Percentagem mensal de hóspedes na RAA (2003)

• Capacidade dos estabelecimentos turísticos por tipologia

No período 1999-2003 registou-se um aumento da capacidade de alojamento na Região (Figura 133), o que poderá traduzir-se num aumento do número de estabelecimentos turísticos. Assim, em 2003, estavam disponíveis 6 942 camas, o que corresponde a uma melhoria de aproximadamente 27% em relação a 2001. É na Hotelaria Tradicional que se verifica a maior disponibilidade, com um total de 5 967 camas, seguida das Casas de Hóspedes (568) e do Turismo Rural (407).



Fonte: SREA, 2000b; SREA 2002c; SREA, 2004c

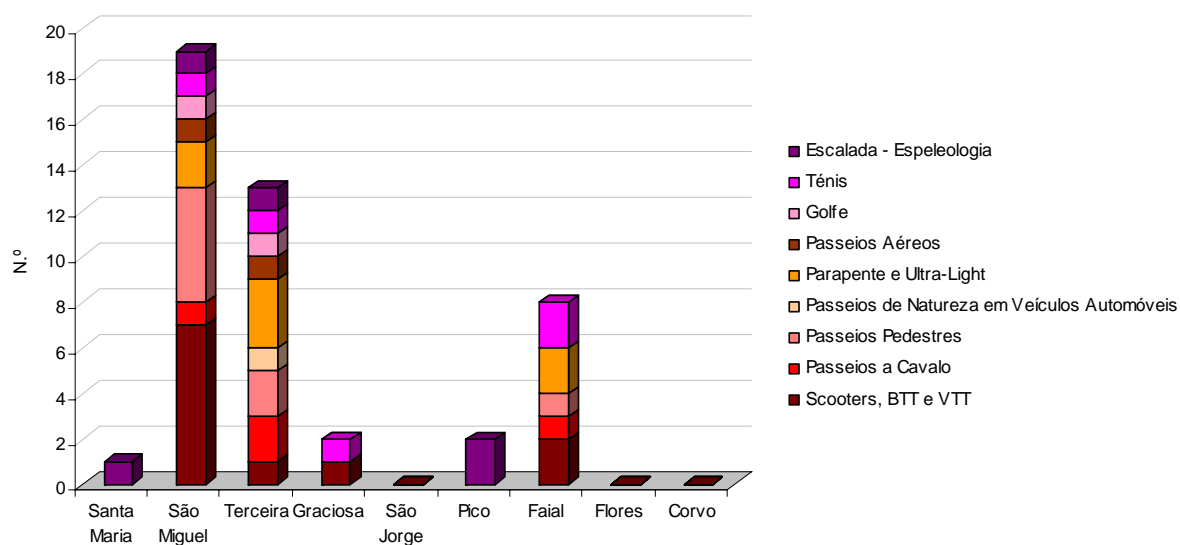
Figura 133. Capacidade de alojamento na RAA, por tipologia (1999, 2001 e 2003)

• Número de empresas que promovem o turismo da natureza

Segundo a Direcção Regional do Turismo, em 2003, a Região contava com 157 empresas de animação turística, divididas pelo turismo activo (45) e pelas actividades náuticas (112).

As empresas de turismo activo dividem-se em várias tipologias, realçando-se as 11 empresas de Scooters, BTT e VTT, seguidas das de Passeios pedestres (8) e as que asseguram as práticas de Parapente e Ultra-Light (7).

A maioria das empresas de animação que promovem o turismo activo localiza-se na ilha de São Miguel (19), seguida da Terceira (13) e do Faial (8). Já as ilhas de São Jorge, Flores e Corvo não possuem empresas de turismo activo (Figura 134).

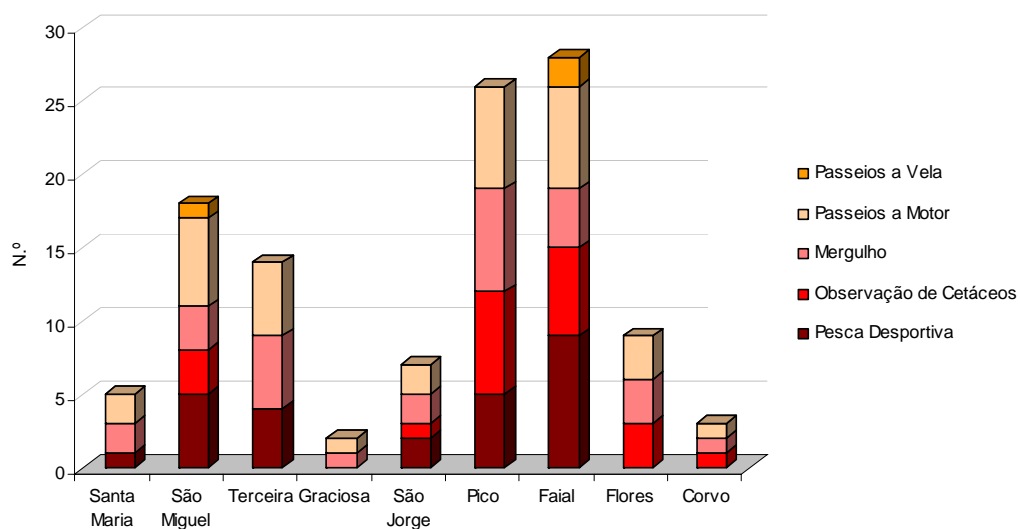


Fonte: DRT, 2005

Figura 134. Número de empresas de animação turística / turismo activo na RAA, por ilha (2003)

Relativamente ao número de empresas de actividades náuticas, realçam-se as de Passeios a Motor (34), seguidas das de Mergulho (28), Pesca Desportiva (26) e Observação de Cetáceos (21).

A Figura 135 demonstra que a ilha melhor servida na categoria das actividades náuticas, é o Faial com 28 empresas, seguida do Pico (26) e de São Miguel (18). As ilhas do Corvo e Graciosa são as que registam o menor número de empresas que se dedicam a actividades náuticas de animação turística.



Fonte: DRT, 2005

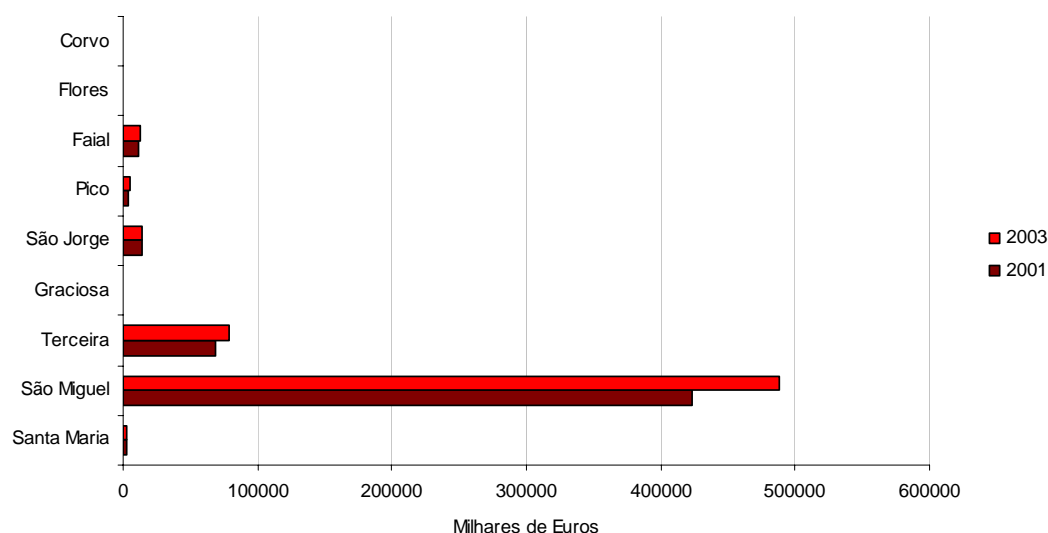
Figura 135. Número de empresas de animação turística/atividades náuticas na RAA, por ilha (2003)

A actividade de observação de cetáceos que se iniciou nos Açores em 1992 (100 turistas, 1 empresa) tem sofrido um crescimento notório, atingindo em 2003 as 21 empresas. O crescimento incidiu sobretudo em redor das ilhas do Faial e do Pico, e levou à necessidade de criação de legislação regulamentadora (Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de Março), que fixou as normas de conduta a ter na proximidade dos grupos de cetáceos, bem como os procedimentos de licenciamento para as empresas e embarcações (Silva *et al.*, 2001).

INDÚSTRIA

• Produção industrial

O volume de negócios das sociedades da indústria transformadora, com sede na Região, aumentou 14,8%, entre o ano 2001 e 2003. O montante alcançado na Região, em 2003 (602 348 milhares de euros) representa apenas 0,9% do total facturado a nível nacional (66 162 633 milhares de euros). A ilha de São Miguel é a que revela um maior volume de negócios, com uma representatividade de 80,6% do total de volume de negócios, seguindo-se a ilha Terceira, com 13,2% (Figura 136).

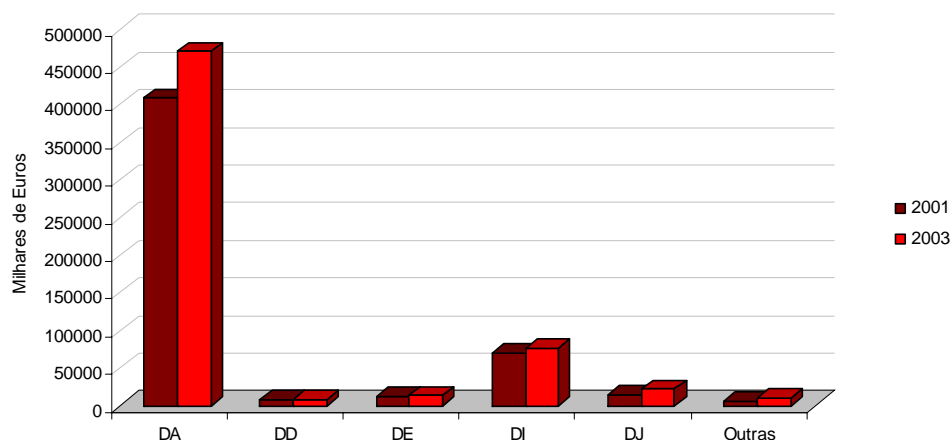


Fonte: SREA, 2004a; SREA, 2005

Figura 136. Volume de negócios das sociedades da indústria transformadora na RAA, por ilha (2001 e 2003)

Verifica-se um aumento do volume de negócios, entre 2001 e 2003, em todos os grupos de indústrias transformadoras, com maior destaque para um acréscimo de 15,0% nas “Indústrias Alimentares, de Bebidas e do Tabaco” (Figura 137).

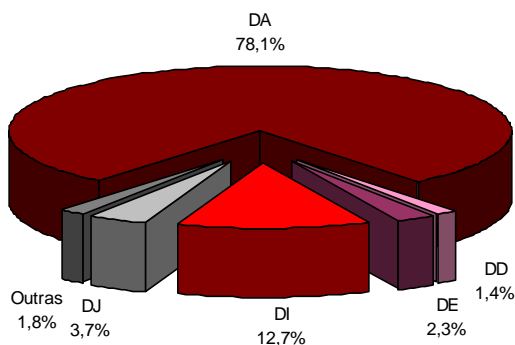
Para o ano 2003, as “Indústrias Alimentares, de Bebidas e do Tabaco” são as que apresentam maior volume de vendas, com 78,1% da facturação. Destaca-se ainda a contribuição para o volume de vendas das indústrias do grupo DI (Fabricação de outros Produtos Minerais Não Metálicos), com 12,7% (Figura 138).



DA - Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco
 DD - Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras
 DE - Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus Artigos; Edição e Impressão
 DI - Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos
 DJ - Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos
 Outras: DB - Indústria Têxtil; DF + DG - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear / Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais; DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; DK - Fabricação de máquinas e equipamentos, N. E.; DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica; DM - Fabricação de material de transporte; DN - Indústrias transformadoras, N. E. (Indústria transformadora < 0,5% a nível regional, em 2003).

Fonte: SREA, 2004a; SREA, 2005

Figura 137. Volume de negócios das sociedades da indústria transformadora na RAA, segundo a CAE (2001 e 2003)



DA - Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco
 DD - Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras
 DE - Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus Artigos; Edição e Impressão
 DI - Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos
 DJ - Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos
 Outras: DB - Indústria Têxtil; DF + DG - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear / Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais; DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; DK - Fabricação de máquinas e equipamentos, N. E.; DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica; DM - Fabricação de material de transporte; DN - Indústrias transformadoras, N. E. (Indústria transformadora < 0,5% a nível regional, em 2003).

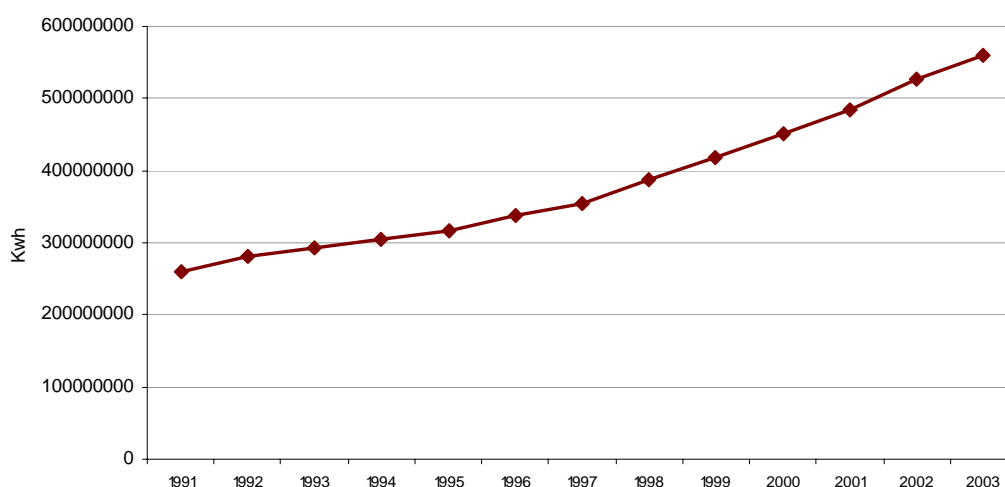
Fonte: SREA, 2005

Figura 138. Distribuição do volume de negócios das sociedades da indústria transformadora na RAA, segundo a CAE (2003)

ENERGIA

- **Consumo de energia eléctrica**

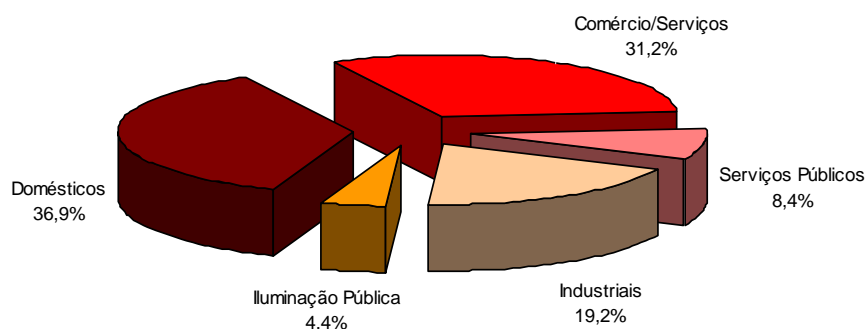
O consumo de electricidade nos Açores quase duplicou na última década. Em 2003, situou-se, aproximadamente, nos 560 milhões de Kwh (Figura 139).



Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 139. Consumo de energia eléctrica na RAA (1991-2003)

Em 2003, os sectores “Doméstico”, “Comércio e Serviços”, e “Industrial” apresentam os consumos de electricidade mais elevados, com respectivamente 36,9%, 31,2% e 19,2%, num total de 560 137 250 KWh (Figura 140), o que num universo de 105 100 consumidores no referido ano, corresponde a um consumo de 5 329 Kwh *per capita*.

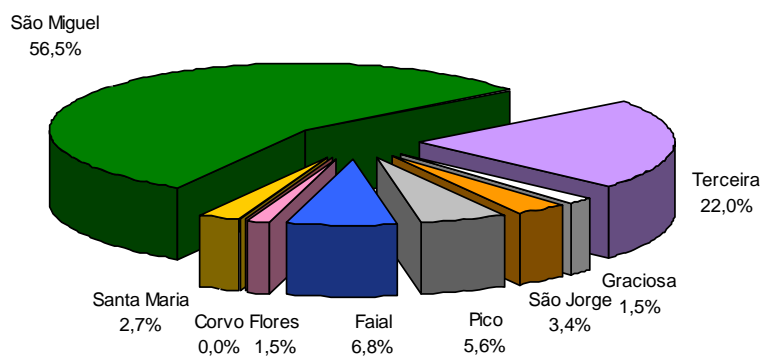


Fonte: SREA, 2003a

Figura 140. Percentagem do consumo de energia na RAA, segundo as tipologias de uso (2003)

A comparação com os valores referentes a Portugal continental foi apenas possível através do Anuário Estatístico de 2004. No entanto, verificou-se que o valor total de energia consumida não corresponde ao valor indicado nas Séries Estatísticas para o mesmo ano. Portanto, apenas para efeitos de comparação, calculou-se, com base nos dados do Anuário Estatístico de 2004, o consumo *per capita* em Portugal continental e na RAA. Com fé nesta publicação estatística, verifica-se que o consumo *per capita* (consumo total/consumidor) em 2003, é inferior nos Açores em relação a Portugal continental com 5374,3 Kwh/*per capita* e 7425,6 Kwh/*per capita*, respectivamente.

Ao nível das ilhas, é possível observar que São Miguel apresentou mais de metade do consumo de toda a Região (56,5%), com cerca de 315 milhões de Kwh, distribuído por 52 136 consumidores. Ponta Delgada e Ribeira Grande são os concelhos com maior representatividade, para os quais se verifica o maior número de consumidores. A Terceira é a segunda ilha com maior consumo, aproximadamente 123 milhões de Kwh e 23 990 consumidores, e a ilha do Corvo é aquela que apresenta o valor menos relevante, detendo, apenas, 224 consumidores.

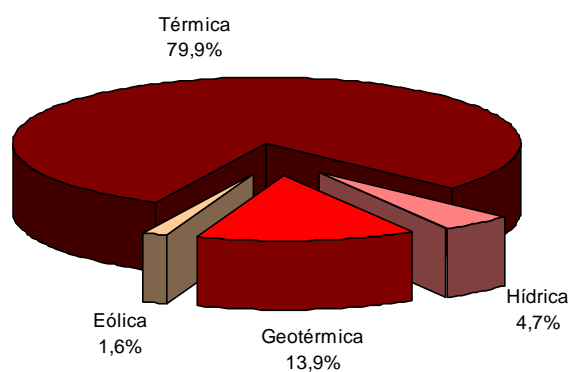


Fonte: SREA, 2003a

Figura 141. Percentagem do consumo de energia na RAA, por ilha (2003)

• Produção de energia

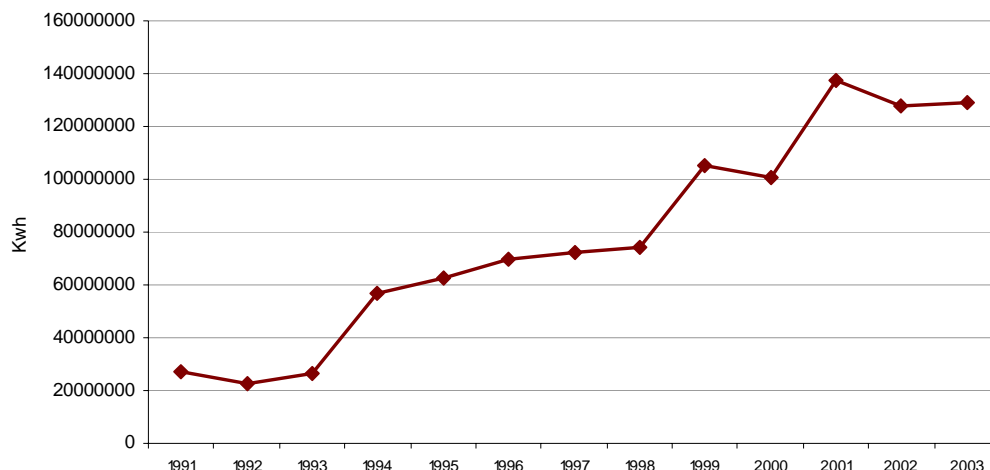
No conjunto da produção total de energia na RAA em 2003 (englobando a proveniente de recursos renováveis e não renováveis) verifica-se que as energias de origem térmica e geotérmica são as mais relevantes, sendo responsáveis por 79,9% e 13,9%, respectivamente, da produção de energia regional (641 235 654 Kwh) (Figura 142).



Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 142. Produção de energia na RAA, segundo as tipologias (2003)

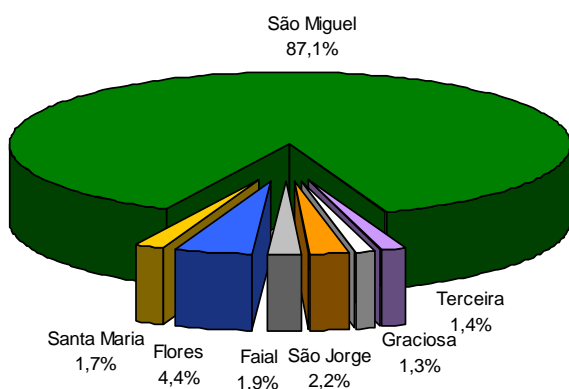
De facto, as energias renováveis (ER) começam a ganhar expressão na Região. Em 2003 foram produzidos cerca de 129 milhões de Kwh no total, representando aproximadamente 20,2% da produção total (Figura 143).



Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 143. Produção de energias renováveis na RAA (1991-2003)

Ao nível das ilhas, São Miguel é a que apresenta a maior produção de energias renováveis, sendo que em 2003 representava 87,1% do total de produção regional, com 112 milhões de Kwh (Figura 144). Note-se que a maior fatia desta produção correspondeu a energia de origem geotérmica. Em segundo lugar na produção de ER, surge a ilha das Flores com 4,4% da produção regional, nomeadamente 5 milhões de Kwh.



Fonte: SREA, 2003a

Figura 144. Produção total de energias renováveis na RAA, por ilha (2003)

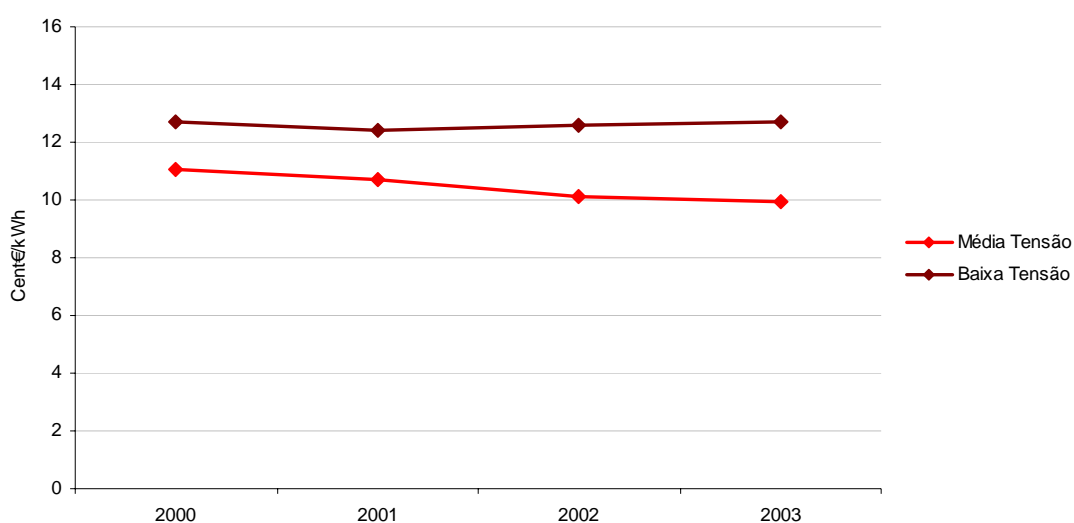
• Evolução dos preços da electricidade e do tipo de combustíveis

Ao abrigo da Portaria n.º 71/91, de 19 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 35/92, de 30 de Julho (Preços Contratados), foram assinados os contratos de preços de energia eléctrica celebrados entre a Secretaria Regional da Economia e a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., que fixam os preços a aplicar na venda de energia eléctrica para os fornecimentos em média e baixa tensão, e os relativos aos serviços conexos com o fornecimento de electricidade.

Em Dezembro de 1997, foi assinado o contrato de preços para o 1º semestre de 1998, que se traduziu numa redução global na ordem dos 4,0% face aos preços anteriormente em vigor. No ano seguinte, foi assinado um novo contrato de preços de energia eléctrica respeitante ao 2º semestre de 1998 e que contemplava um decréscimo na ordem dos 6,0%, totalizando-se em 1998 uma diminuição média de 10,0%.

Em 1999, foi estabelecido um novo contrato de preços de energia eléctrica respeitante ao 2º trimestre e seguintes de 1999, que se traduziu num decréscimo na ordem dos 5,0%. Até final deste ano, o tarifário de energia eléctrica sofreu uma redução total de 15,0%, tomando como referência o ano de 1997. Esta redução manteve-se, na generalidade, até 2003.

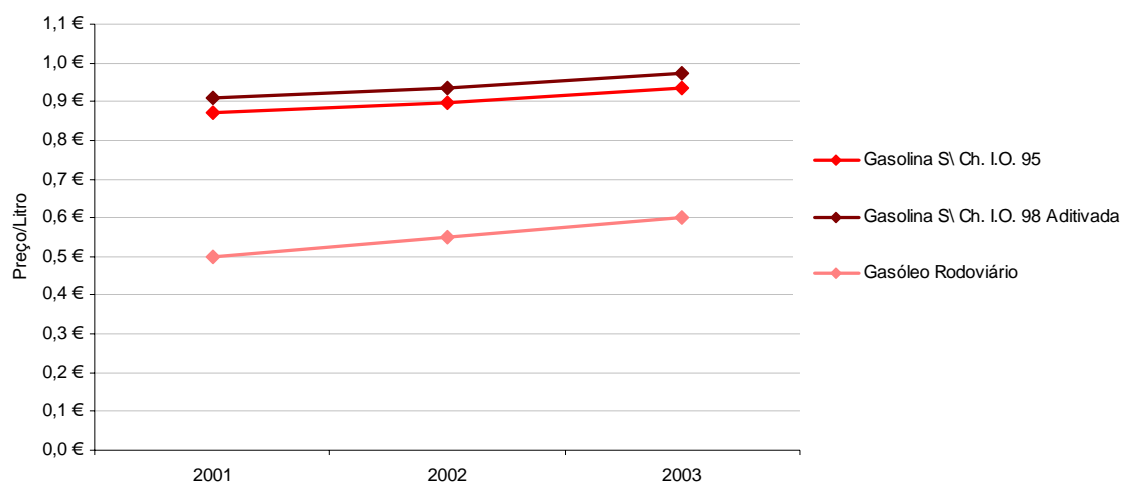
No entanto, no período 2001-2003 verificou-se um ligeiro aumento do tarifário da energia de baixa tensão, nomeadamente de 2,5%. No que diz respeito ao tarifário da energia de média tensão, a redução, no mesmo período, situou-se em 7,6% (Figura 145).



Fonte: EDA, 2005

Figura 145. Evolução do preço médio da electricidade na RAA (2000-2003)

No que diz respeito ao preço dos combustíveis na RAA, no período 2001-2003, observou-se um aumento contínuo dos preços das gasolinas na ordem dos 7%, e de 20% no que respeita ao gasóleo (Figura 146).



Fonte: SRE, 2005

Figura 146. Evolução do preço dos combustíveis na RAA (2001-2003)

SÍNTESE – Sector Económico

O comportamento do sector económico é bem significativo das profundas alterações que se vivem na Região. A diversificação da economia regional com o aumento do mercado turístico, a reestruturação das explorações agrícolas, o crescente investimento em áreas sensíveis da economia, como é o caso do Ambiente, revelam uma dinâmica crescente, fazendo prever o crescimento futuro.

A evolução do PIB no período 2000-2003 é positiva, embora apresente um abrandamento do crescimento no último ano analisado. No entanto, saliente-se que este indicador continua bastante abaixo do valor nacional. Os resultados optimistas mantêm-se no crescimento do VAB (ainda que ligeiro) e na diminuição da dívida pública regional.

Também a balança das exportações revela sinais de mudança, com as áreas dos “produtos alimentares e bebidas, e combustíveis e lubrificantes”, a apresentarem volumes crescentes. No geral, todas as tipologias evoluem de 1993 até 2003, ainda que as importações continuem a exercer um peso muito sentido na economia regional. Certamente que para estes sinais concorre a eficácia da estruturação e desenvolvimento dos dois grandes instrumentos de programação financeira da Região: o PRODESA e o Plano a Médio Prazo.

No contexto dos investimentos, deve salientar-se o esforço tanto das autarquias como da administração regional no capítulo ambiental. À excepção do ano de 2000, o esforço da anteriormente designada Secretaria Regional do Ambiente é inferior ao da Administração Local em 2002 e 2003, mas têm em comum o facto da maior preocupação assentar sobre o domínio dos recursos hídricos. O investimento global de todos os capítulos concentra-se em São Miguel, persistindo grande heterogeneidade de situações intra regionais.

Também por sectores se constata novos cenários: o sector agrícola reduz as produções particularmente de milho e forragem; a silvicultura conhece um incremento com a arborização de mais de 1000 novos hectares de floresta; o aumento da produção de leite paralelamente à diminuição do número de explorações evidencia a modernização e eficácia; ainda no sector do leite regista-se o aumento do número de efectivos pecuários; o manifesto crescimento do número de estabelecimentos turísticos, com a diversificação das tipologias de acolhimento e o aumento do número de dormidas; e por fim, a evolução positiva registada no sector das energias renováveis, atenuam o ónus da ultraperifericidade.

